

**A EXTRAÇÃO SOCIAL DOS CANDIDATOS:
As eleições de 1990 e de 1994
no Rio Grande do Sul**

ODACI LUIZ CORADINI

Cadernos do NuAP

3

1999

Pesquisadores do Núcleo de Antropologia da Política

Coordenador:

Moacir G.S. Palmeira (Professor Titular, PPGAS, UFRJ)

Pesquisadores Principais:

Mariza G.S. Peirano (Professora Titular, PPGAS, UnB)

César Barreira (Professor Adjunto, PPGS, UFC)

José Sergio Leite Lopes (Professor Adjunto, PPGAS, UFRJ)

Secretária do NuAP

Emilia Wien

Catálogo na fonte do
Departamento Nacional do Livro.

C787e

Coradini, Odaci Luiz.

A extração social dos candidatos : as eleições de 1990 e de 1994 no Rio Grande do Sul / Odaci Luiz Coradini. — Rio de Janeiro : NAU, 1999.

88p. ; 14X21 cm. - (Cadernos do NuAP , 3)

ISBN 85-85936-27-4

Acima do título : NuAP — Núcleo de Antropologia da Política.

Inclui bibliografia.

1. Políticos — Rio Grande do Sul — Condições sociais. 2. Políticos — Rio Grande do Sul — Atitudes. 3. Sociologia política. I. Título. II. Série.

CDD-306.2098165

**Nu
AP** Núcleo de
Antropologia
da Política

Quinta da Boa Vista s/nº — São Cristóvão
Rio de Janeiro — RJ — CEP:20940-040
Tel (021) 568 9642 fax (021) 254 6695
e-mail nuap@alternex.com.br

Publicação realizada com recursos do Programa de Apoio a Núcleos de Excelência — Ministério da Ciência e Tecnologia

NAU
GRYPHO Edições e Publicações Ltda
Rua Maria Isabel Braune Portugal, 376 P — Centro
Engº Paulo de Frontin — RJ — CEP 26650-000
Tel (021) 430 7719 fax (021) 325 4431 e-mail: nau@alternex.com.br

ÍNDICE

A EXTRAÇÃO SOCIAL DOS CANDIDATOS: As eleições de 1990 e de 1994 no Rio Grande do Sul

Introdução	7
1. O material e suas condições de utilização	11
2. Tratamento do material	15
3. Resultados preliminares e indicações	20
4. Alguns cruzamentos e indicações	41
Considerações Finais	85
Notas	86
Bibliografia citada	87

O Núcleo de Antropologia da Política (NUAP) congrega pesquisadores dos Programas de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRJ (Museu Nacional), da Universidade de Brasília (UnB) e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará (UFC), além de manter colaboração estreita com alguns pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ (IFCS). Ele representa a cristalização de vínculos estabelecidos, há alguns anos, em torno de pesquisas etnográficas sobre a esfera da política e de questões teóricas por elas suscitadas. A preocupação comum ao Núcleo é menos a construção de algum ou alguns grandes modelos teóricos substantivos do que lançar um olhar antropológico (que não é privilégio de antropólogos) sobre instituições, relações e atividades pensadas socialmente como políticas.

A aprovação de um amplo projeto de pesquisas — *Uma Antropologia da Política: Rituais, Representações e Violência* — pelo Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (Pronex) do Ministério de Ciência e Tecnologia permitiu que o NUAP começasse a existir formalmente em dezembro de 1997.

Tendo como sede o PPGAS da UFRJ (Museu Nacional), o NUAP é coordenado por um grupo de professores desta instituição, da UnB e da UFC, reunindo pesquisadores em diferentes estágios da vida profissional. O Núcleo inclui três linhas de pesquisa que se complementam nas ênfases diferenciadas com que focalizam o estudo da política: *Representações da Política; Rituais da Política; Violência na Política*.

Além da publicação periódica de livros contendo o produto final das várias pesquisas, o Núcleo pretende publicar uma série de textos que assegure a rápida divulgação dos trabalhos em andamento, intensificando o diálogo entre seus pesquisadores e destes com profissionais de outros centros de produção acadêmica.

Este número dos Cadernos do NUAP traz um texto de Odaci Luiz Coradini que apresenta resultados preliminares e parciais de uma pesquisa mais ampla em torno do perfil social

dos políticos. Sua pretensão é abordar, mais diretamente, a questão da extração social dos candidatos à Câmara Federal e à Assembléia Legislativa do estado do Rio Grande do Sul, explorando fontes de dados até então não trabalhadas pelos cientistas sociais.



Odaci Luiz Coradini é pesquisador do NuAP e professor adjunto do Departamento de Ciências Políticas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

A EXTRAÇÃO SOCIAL DOS CANDIDATOS: AS ELEIÇÕES DE 1990 E DE 1994 NO RIO GRANDE DO SUL

INTRODUÇÃO

Este texto consiste na apresentação de resultados preliminares e parciais de uma pesquisa mais ampla em torno do perfil social dos políticos. Pretende-se aqui abordar, mais diretamente, a questão da extração social dos candidatos à Câmara Federal e à Assembléia Legislativa do estado do Rio Grande do Sul, explorando fontes de dados até então não trabalhadas pelos cientistas sociais, especialmente os arquivos gerais do Tribunal Regional Eleitoral. Através da incorporação desse material, pretende-se alcançar uma melhor caracterização das relações entre origens e recursos sociais, de um lado, e modalidades de inserção em atividades políticas, de outro. Um outro objetivo é delinear alguns problemas de pesquisa que podem ser aprofundados através do uso de materiais e técnicas de cunho mais quantitativo, ou sua combinação com outras abordagens.

Como pode se deprender da leitura dessas indicações, esse tipo de trabalho somente adquire alguma relevância maior na medida em que for inserido em objetivos mais gerais. Ocorre que, em se tratando de objetivos mais gerais, isso implica no enfrentamento de condições e limites, também, mais amplos. Esses limites e desafios, no entanto, são de ordem diferente e, portanto, requerem tratamento também distinto.

O primeiro e mais óbvio desses limites é também o mais elementar, ou seja, a disponibilidade de dados e informações e o acesso às mesmas. Como é sabido, a maior parte das informações utilizadas pelas ciências sociais, em geral, não foram produzidas pelas mesmas. Se isso implica em problemas e na necessidade metodológica de se estudar os próprios objetivos e as lógicas que comandam a geração, os esquemas de classificação e de armazenamento, para melhor qualificá-las, em termos práticos, há um problema mais elementar e anterior: trata-se do próprio acesso físico a essas informações, cuja origem, em geral está

associada a alguma instância do poder público. No caso específico da quase totalidade do material utilizado nessa fase deste trabalho, como fica evidente, a fonte responsável pela sua coleta foi a justiça eleitoral. Há, por um lado, um problema mais geral nas relações das ciências sociais com essas instâncias decorrentes das respectivas razões de ser e, portanto, das lógicas sociais em que se inscrevem e de seus objetivos próprios. A única forma de se enfrentar isso é o reconhecimento mútuo da legitimidade de ambas as partes envolvidas, em seus interesses e objetivos distintos. Entretanto, há um outro problema mais elementar, decorrente dessa falta de reconhecimento, além da precariedade das condições em que, em geral, se praticam as ciências sociais no Brasil. Seja, por essas ou, também, por outras razões ainda não claras, o tipo de material utilizado nesse trabalho, circunscrito a uma unidade geográfica e a um período específico, geralmente deixa de existir após um determinado período, quando seu arquivamento passa a não ser mais importante para as instâncias que o coletaram. Desse modo, para as ciências sociais, perde-se uma oportunidade de acesso a um material que, apesar de precário e parcial, pode ter muito a contribuir para a fundamentação empírica mais sistemática de alguns temas que lhes são muito importantes.

Um segundo problema e que também está vinculado aos objetivos mais gerais desse trabalho, é a comparação de resultados. Como parece evidente na leitura dessas primeiras indicações, mais que a caracterização de grupos de candidatos de uma determinada unidade geográfica e de um período, o que pode ter de mais relevante para a compreensão das condições sociais das quais emergem e dos princípios que podem estar na base de seu recrutamento e seleção, é a possibilidade de comparações. Não tem sentido, no entanto, se estabelecer, a priori, as unidades dessa comparação, visto que dependem dos objetivos analíticos em vista, mas também, das condições e possibilidades de se contar com dados e informações mais amplas e sistemáticas. Quanto a esse ponto, das informações mais amplas e sistemáticas, ainda se está no ponto de partida.

Um terceiro problema e desafio presente nesse trabalho, mas não explicitamente neste primeiro texto, são as relações entre essas indicações e os esquemas analíticos em voga. É claro que o simples fato de se atribuir importância a esse tipo de indicador não tem nada de inocente, relativamente a esses esquemas analíticos. Por exemplo, é pressuposto

para o conjunto do trabalho, que a importância atribuída às tomadas de posições político-ideológicas em detrimento da extração social dos agentes, por boa parte dos estudos sobre processos políticos no Brasil, mais que resultado de pressupostos analíticos que enfatizam a autonomia da "política", decorre das próprias vinculações desses estudos com esses processos. Dito de outro modo, à lógica das lutas político-ideológicas interessa muito pouco, quando é o caso, a utilização de referências às origens e trajetórias sociais e, na medida em que as ciências sociais se tornam tributárias dessa lógica, a tendência é se centrar nas posições que fundamentam essas lutas, se interessando muito pouco pelo mecanismo de recrutamento e seleção. Do mesmo modo, é grande a tentação em se elaborar interpretações mais gerais, com base nessas indicações, em confronto com outras possíveis interpretações. Mas, deliberadamente, nessa fase do trabalho, se evitou qualquer incursão nesse sentido. Mais que uma tomada de partido por alguma forma de empirismo, isso resulta do reconhecimento da necessidade de, humildemente, se reconhecer a precariedade do atual estado das ciências sociais no Brasil quanto a esse tipo de tema, pela menos quanto a interpretações com bases empíricas mais elaboradas e sistemáticas. Para citar apenas um exemplo bibliográfico mais recente, no sentido contrário: se está muito longe de condições como as de Grèzes-Rueff (1994), cuja discussão de como melhor interpretar a composição social dos deputados franceses, não apenas toma para confronto outros trabalhos elaborados sobre o tema já publicados, como informações empíricas também já sistemáticas e publicamente disponíveis. Ou seja, independentemente de se concordar ou não com o esquema adotado e as interpretações, está em pauta um conjunto de trabalhos e respectivas bases empíricas de domínio geral.

Portanto, na ausência de qualquer tentativa de interpretações mais gerais, as indicações obtidas nessa fase se prestam, no máximo, para o estabelecimento de novos problemas e hipóteses de trabalho. Esses novos problemas e hipóteses de trabalho podem se circunscrever aos indicadores conseguidos até aqui, fortemente centrados na extração e características sociais e político-partidárias dos candidatos ou, então, abranger também outros problemas mais amplos. Dito de outro modo, da leitura das indicações apresentadas, pode-se ter a impressão de um certo sociologismo, na medida em que os indicadores utilizados estão centrados na caracterização social dos candidatos. Porém, mais que uma

tomada de posição no âmbito das ciências sociais, isso resulta, prosaicamente, do tipo de fontes conseguidas até aqui. Nada impede, no entanto que, na medida do possível, outras fontes sejam incluídas, com novos tipos de informações, relativas a outras dimensões do fenômeno político.

Isso tem algumas implicações que me parece devem ser mencionadas. A primeira é de cunho mais técnico ou metodológico: trata-se das relações entre a utilização de informações e seu tratamento mais “quantitativo” ou “qualitativo”. Quanto a esse ponto, sinteticamente, basta mencionar que não é suficiente se aceitar a idéia de que essa dicotomia não tem sentido, se não for posta em prática sua negação. Mas também não tem sentido se definir o tratamento “quantitativo” como sendo uma “etapa” do trabalho, como é muito difundido. Mais que dicotomias ou etapas, se trata de abordar diferentes dimensões, algumas mais passíveis de tratamento e apreensão através de informações mais gerais e, portanto, mais superficiais e quantificáveis, enquanto outras somente são apreensíveis com a utilização de abordagens mais aprofundadas. Ou seja, abordagens e tratamentos diferentes para dimensões distintas, mas que, por suposto, são interdependentes.

A segunda implicação é de ordem mais geral e conceitual: trata-se do problema da autonomia relativa (ou não) da esfera política. Em casos como o da política no Brasil, a isso se acrescem as relações de reciprocidade e de mediação política, que, por definição, somente podem ser apreendidas através de indicadores quantificáveis ou “objetivistas” como os apresentados num nível muito superficial e genérico. Ocorre que, por mais importantes que sejam estas questões, novamente, frente à precariedade e falta de estudos mais sistemáticos no Brasil, sua definição apriorística não contribui para o avanço de sua compreensão. Se poderia argumentar que esse tipo de problema está fora do âmbito das indicações apresentadas. Porém, mais que sua exclusão, a melhor alternativa parece ser a de apostar na possibilidade de se obter informações que contemplem também essas dimensões, pelo menos para uma quantidade significativa de casos. Assim, mais que uma dicotomia entre “quantificação” ou objetivismo versus análise “qualitativa” ou perspectivismo, se obteria um tratamento mais integrado entre ambas. Mas quanto às questões mais gerais, por exemplo, a das relações entre origens e trajetórias sociais e tomadas de posição política, ou seja, da maior ou menor autonomia da esfera política (aliás, um dos

temas do citado Grèzes-Rueff, 1994), por enquanto, nas condições brasileiras atuais, somente podem ser colocadas como horizonte ou, então, como objeto de trabalhos específicos, sobre condições particulares.

1. O MATERIAL E SUAS CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO

As fontes do material utilizado para a obtenção das informações empíricas expostas a seguir consistem, basicamente, dos arquivos do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Rio Grande do Sul. Em relação ao conjunto dos deputados federais da legislatura de 1995-1999, a fonte exclusiva é o *Repertório Biográfico* elaborado e publicado pela própria Câmara dos Deputados (Câmara dos Deputados, 1995).

Sendo assim, cabem algumas considerações sobre a origem, as condições e lógicas presentes nesse tipo de arquivamento e de coleta de informações relativas às candidaturas e aos deputados. No que tange especificamente às candidaturas, pela legislação vigente, o candidato é obrigado, em sua inscrição, a entregar uma série de documentos, formando uma espécie de “dossiê”, à burocracia do TRE. Apesar das variações formais que podem ocorrer de uma eleição para outra, essa documentação consiste, basicamente, no que segue: um requerimento, solicitando a inscrição e homologação da candidatura; a declaração dos bens e, por fim, uma série de certidões, atestando a inexistência de processos ou condenações judiciais, (que no caso dos funcionários públicos inclui os processos administrativos) a filiação partidária no período prescrito legalmente, e a inscrição na respectiva zona eleitoral.

Como se pode ver, se trata de um material diretamente dependente de seus objetivos, ou seja, o controle jurídico das candidaturas. Portanto, o tipo de informação que pode ser extraído, quase sempre, tem um caráter bastante genérico. Além disso, no caso do Rio Grande do Sul, não é possível uma comparação numa escala cronológica mais ampla. Isso porque a documentação anterior a 1990, na versão oficial, foi extraviada quando da mudança de prédio (na versão não oficial, foi incinerada). Quanto à documentação relativa às candidaturas a cargos municipais (prefeitos e vereadores) seu arquivamento fica a cargo dos cartórios locais e não do TRE. Portanto, sua coleta somente pode ser feita nesses cartórios, caso a caso, o que aumenta as dificuldades, sendo

inclusive que há informações que são apenas sobre as últimas eleições, visto que após um determinado período, a documentação é extinta.

Mesmo assim, apesar dessa generalidade e da relativa precariedade desses arquivos quanto a séries temporais mais abrangentes, um de seus pontos positivos é o fato de se tratar de informações exaustivas, ou seja, incluem a totalidade dos candidatos. Porém, apesar do formalismo jurídico das exigências, as modalidades de seu cumprimento estão muito longe de ser homogêneas. Do conjunto da documentação examinada, relativa às eleições de 1990 e 1994, são facilmente constatáveis algumas diferenças, comparativamente a pelo menos: o conjunto da documentação dessas duas eleições, nas modalidades ou diferentes ênfases entre os partidos e, por fim, entre os próprios candidatos no cumprimento dessas exigências.

Comparando-se a documentação das duas eleições, fica evidente um maior grau de rigorismo na de 1994, que talvez possa ser atribuída a mudanças na legislação ou, simplesmente, às interpretações dos novos dirigentes do TRE. Em todo caso, nessas eleições o próprio Tribunal elaborou um formulário para ser preenchido pelos candidatos, contemplando, basicamente, quesitos relativos à data de nascimento, local de nascimento e residência, estado civil, titulação escolar, profissão, tipo de candidatura, partido, data de filiação ao respectivo partido e zona e seção eleitoral e data de inscrição na mesma. Além desse formulário padronizado, como nas demais eleições, o candidato era obrigado a entregar uma declaração de bens e respectivos valores monetários.

Praticamente todas essas informações estão, de algum modo, disponíveis também para os candidatos das eleições de 1990. Porém, como nesse caso não foi imposto um formulário padronizado, ficaram esparsas no conjunto da documentação. Isso, evidentemente, tem efeitos nos critérios de classificação, como, no caso, para a definição da profissão, visto que no preenchimento dos diferentes documentos não está em pauta um formulário que vise à coleta e padronização, mas objetivos distintos, tais como, por exemplo, a caracterização de quem está requerendo uma candidatura, solicitando um atestado e assim por diante. O principal efeito dessa não padronização nas eleições de 1990 é quanto às informações que não são obrigatórias. Esse é o caso do grau de escolarização, do local de nascimento, etc. No caso do grau de escolarização, por exemplo, as informações disponíveis se restringem quase

somente ao grau socialmente mais valorizado e supostamente vinculado à profissão, ou seja, a titulação universitária.

Quanto à declaração de bens, também há algumas diferenças significativas na documentação das eleições de 1994, comparativamente à de 1990. A primeira dessas diferenças é que, para 1994, na documentação de praticamente a totalidade dos candidatos consta tanto a listagem dos bens, conforme os critérios de classificação do imposto de renda e os respectivos valores atribuídos, em UFIR (Unidade de Referência Fiscal). A principal exceção são os que não dispõem de bens a declarar e nesse caso, consta uma declaração nesse sentido. Isso, certamente, se deve às elevadas taxas de inflação da época, quando a própria declaração de rendimentos para fins fiscais tinha a UFIR como índice. O resultado é que, se por um lado, se dispõe da declaração de bens de praticamente a totalidade dos candidatos, os valores atribuídos estão muito longe de seu valor de mercado, visto que além dos critérios de avaliação, dependem também do período de entrega, num período em que um mês de diferença pode implicar numa forte alteração, em termos de valores reais. Isso, evidentemente, além do fato de se tratar de avaliações com base em critérios fiscais ou burocráticos, sem necessariamente manter alguma relação mais estreita com os valores de mercado. Por fim, os próprios critérios do que seria essa declaração de bens e rendimentos é relativamente variável. Assim, por exemplo, a maior parte dos candidatos entregou uma lista dos bens e respectivos valores atribuídos, certamente elaborada com base na declaração para o imposto de renda, mas com os respectivos valores atribuídos na data de entrega do pedido de inscrição da candidatura. Porém, muitos simplesmente anexaram uma cópia da declaração do imposto de renda do ano anterior ou, mesmo, de algum outro ano.

Quanto às eleições de 1990, relativamente a esse ponto, a maior diferença formal é que o valor de referência das declarações não foi a UFIR, mas a moeda brasileira da época, conforme a declaração de renda anterior. Porém, o que tem mais efeito na qualidade das informações é o fato de que nessas eleições os critérios foram muito menos rigorosos. Assim, para uma boa parte dos candidatos se dispõe somente do elenco dos bens, sem nenhuma referência ao seu valor monetário. Outros simplesmente entregaram uma cópia da declaração de renda de algum ano anterior. Com a forte inflação da época, é muito difícil se

extrair alguma sistematização mais rigorosa desses valores. Consequentemente, para as eleições de 1990, uma parte dos candidatos teve que ser excluída do exame do patrimônio econômico ou, pelo menos, de seu montante.

Por outro lado, como mencionado, as diferenças quanto à qualidade das informações, para além dos critérios próprios a cada eleição, dependem também dos respectivos partidos e/ou candidatos. Assim, é facilmente perceptível a existência de padrões próprios, tanto em relação à quantidade de informações fornecidas como em sua apresentação formal. Isso ocorre, inclusive, porque os partidos, com base em sua própria interpretação das regras legais, formalizam e difundem critérios burocraticamente padronizados, como é o caso, por exemplo, de um modelo formalmente idêntico de requerimento da inscrição como candidato, de apresentação do elenco de bens, dentre outros. Desse modo, ao mesmo tempo em que o grau de detalhamento das informações é relativamente variável, essa variação segue alguns padrões vinculados aos diferentes partidos. De modo geral mas não exclusivo, os partidos com mais lacunas ou com informações mais escassas são os mais recentemente criados, ou os menores.

Por fim, essa relativa heterogeneidade nas informações está vinculada também aos próprios candidatos. Sem entrar em detalhes quanto a esse ponto, dois tipos de candidatos se destacam pela maior precariedade, embora isso não seja exclusivo. O primeiro são aquelas candidaturas muito precárias, de candidatos evidentemente sem chances eleitorais, e social e partidariamente muito mal posicionados, alguns dos quais acabam desistindo de concorrer. O segundo tipo de candidatos com muita precariedade nas informações, em geral são aqueles que já ocupam cargos políticos ou, então, são economicamente muito bem situados. Nesse caso, essa precariedade de informações se refere principalmente à declaração dos bens e mais especificamente, aos respectivos valores monetários. Em muitos casos, é apenas anexada uma cópia de uma antiga declaração de renda. Para outros, principalmente para as eleições de 1990, simplesmente não constam os valores atribuídos, mas apenas a listagem dos bens. Quanto aos que entregam apenas uma cópia de uma antiga declaração de renda, em termos práticos, é possível recuperar as informações, em confronto com a respectiva moeda brasileira da época, o que ainda não foi feito. Quanto aos que apresentam somente a lista dos bens, a única utilização possível é para se examinar

sua composição, desprezando-se o montante monetário. Em todo caso, apesar das lacunas, a proporção dos que contém informações mais sistêmicas e completas é relativamente grande.

Por fim, há um último conjunto de informações do TRE que não foi utilizado e isso por diferentes razões. Trata-se das disputas judiciais. Em primeiro lugar, porque faz parte das condições de acesso aos seus arquivos, a exclusão daquilo que estaria *sub judice* ou ainda sendo objeto de disputa. Mesmo assim, é possível se obter informações relativas a muitos casos já excluídos dessa condição, contidos nos próprios *dossiês*. Porém, se trata de um material que, utilizado somente com essa fonte, é pouco relevante. Isso, principalmente, porque como seria de se esperar, toda a disputa está circunscrita e é apresentada exclusivamente na linguagem e critérios estritamente jurídico-formais. Assim, além dos *dossiês* das candidaturas, quanto às eleições de 1990 e de 1994, as únicas informações acrescidas foram as respectivas votações e a classificação entre eleitos e não eleitos, além dos dados censitários referentes ao tamanho do município de nascimento e de residência dos candidatos.

2. TRATAMENTO DO MATERIAL

Como se trata de informações relativamente esparsas em diferentes documentos, não sendo possível uma definição *a priori* de sua relevância, após um exame preliminar, foram fotocopiados todos os documentos dos respectivos *dossiês* dos candidatos que pudessem conter algo de aproveitável. Assim, somente foram excluídos aqueles que consistem em meras formalidades e que não contém nenhuma informação relevante a acrescentar, como é o caso de algumas certidões negativas. Isso resultou numa massa de documentação relativamente extensa, que de algum modo e com consistência variável, abrange o conjunto de 746 candidatos das eleições de 1990, e de 633 das de 1994.

Como se trata de um material que, isoladamente, para análise qualitativa é muito pouco relevante, para sua organização e exploração inicial foram usados, basicamente, programas (SPSS) e testes estatísticos. A exploração de cada *dossiê* permitiu a organização de um banco de dados (que pode ser permanentemente acrescido e complementado com outras fontes) no qual foram incluídas as informações que podem ter alguma relevância. Essas informações se referem, basicamente, aos seguintes indicadores: a) data de nascimento, com a qual se pode calcu-

lar a idade por ocasião das eleições; b) local de nascimento, que foi complementada com o tamanho populacional dos respectivo município com dados censitários do IBGE (IBGE, s.d.); c) local de residência, que em sua comparação com o local de nascimento, permite se ter uma aproximação da mobilidade geográfica e que também foi complementada com o tamanho populacional do município; d) titulação escolar que, na medida do possível, para os com curso superior, foi complementada com a especificação desse título; e) profissões que numa primeira aproximação, foram tomadas tal como aparecem nominalmente na documentação e, após, foram reagrupadas. Nessa primeira aproximação, o número de “profissões” beira as duas centenas, mas mesmo assim, no reagrupamento, se tentou evitar uma reclassificação muito intensa, que as tornaria demasiado genéricas. Como se trata de classificações nominais ou burocráticas de enquadramento “profissional”, tanto para 1990 como para 1994, se tentou extrair outras indicações, que eventualmente aparecem na documentação. Essa segunda indicação, que abrange boa parte dos casos, em geral consiste numa segunda classificação “profissional” ou, o que é mais freqüente, se refere a cargos ou atividades políticas exercidas. Para os deputados federais, esse esforço de detecção das atividades profissionais efetivamente exercidas, para além do mero título escolar ou classificação burocrática, foi melhor sucedida, visto que na fonte utilizada (Repertório Biográfico) consta um item específico para a apresentação das “atividades profissionais”, o que, evidentemente, não está livre do formalismo ou nominalismo próprios de apresentações oficiosas.

Um segundo conjunto de informações que foi possível extrair para os candidatos de 1990 e de 1994 se refere à própria candidatura. Quanto a esse ponto, se destacam as informações relativas a: a) o tipo de candidatura, ou seja, o cargo disputado (para ambas as eleições esses cargos eram os de deputado estadual ou federal, governador e vice-governador e senador e suplente de senador); b) os respectivos partidos (e coligações partidárias que, no caso, são pouco relevantes); c) a data de filiação e, portanto, o período em que os candidatos estão filiados ao respectivo partido; d) a zona e a seção eleitoral do candidato. Esses dois últimos itens, a zona e seção, até agora têm sido inócuos, visto que ainda não foram acrescentadas as respectivas votações de cada candidato em sua distribuição nas zonas e seções eleitorais, o que poderá ser feito

posteriormente para o conjunto, ou então, para alguns tomados isoladamente.

Por fim, quanto aos candidatos das eleições de 1990 e de 1994, um último bloco de indicações que foi possível extrair se refere ao patrimônio econômico. Como já mencionado, a apresentação oficial está baseada nos critérios de divisão dos formulários para declaração do imposto de renda. Porém, na organização desse material, resolveu-se proceder a uma reclassificação (seguindo algumas sugestões de Charle, 1987) conforme a estrutura e, portanto, as finalidades principais e diferentes significados do patrimônio. Essa reclassificação foi feita com base em onze categorias, a saber: 1) os que declaram não possuir bens; 2) casa de residência (que é possível detectar através da coincidência com o endereço residencial); 3) casas e áreas de veraneio, de praia ou de campo e títulos de clubes de lazer; 4) imóveis urbanos não utilizados como residência própria; 5) terras, empreendimentos e bens rurais (excluídos os destinados a atividades de lazer); 6) automóveis e carros de passeio; 7) telefones; 8) depósitos e investimentos bancários; 9) participação em empresas comerciais e/ou industriais; 10) consultórios e escritórios profissionais; e finalmente, 11) investimentos em áreas de terras no Centro-Oeste. Essa última categoria, evidentemente, pode ser vista como um mero desdobramento da quinta, terras, investimentos e bens rurais. Porém, como vários candidatos têm esse como um dos principais investimentos, se resolveu isolá-la, para possível posterior análise

Feito isso, os respectivos valores totais foram convertidos em dólares americanos da época. Ou seja, no caso de 1990, das moedas brasileiras (constam mais de uma) da data de entrega da declaração, diretamente para o dólar. Em 1994, da UFIR, “moeda” em que foram calculados os valores das declarações para a moeda brasileira da época e após, para o dólar americano. Na soma desses valores em dólares, ficou mais que evidente sua subestimação, por razões diversas, dentre as quais se incluem o fato de se tratar de avaliações para fins oficiais e não comerciais e, certamente de modo decisivo, devido às altas taxas de inflação do período. Em todo caso, como, mais que o montante em termos absolutos, interessa verificar a hierarquização dos candidatos quanto ao patrimônio econômico e sua composição, os resultados não parecem inconsistentes.

Tendo em vista essa subestimação do montante e o interesse pela composição, se procedeu então, à reclassificação dessas categorias, tais como seu reagrupamento com base apenas nos que: a) declaram não possuir bens; b) os que possuem apenas bens de consumo duráveis; c) possuem bens de consumo duráveis e também imóveis urbanos não utilizados para residência própria; e, por fim, d) os que possuem também investimentos empresariais. Outros reagrupamentos desse tipo foram aplicados, mas, de qualquer modo, como seria de se esperar, não se chega a obter um nível de discriminação exaustivo. Isso por diversas razões, dentre as quais, o fato de que apesar dessas classificações, os investimentos podem ter significados um tanto distintos, como é o caso, por exemplo, de áreas de terra e investimentos rurais, que pode se tratar de um agricultor ou empresário urbano. O mesmo ocorre com os investimentos empresariais, cujo significado pode depender do tamanho e estrutura da empresa, do setor, etc. Em todo caso, o que se tem em vista são indicações e não discriminações exaustivas, impossíveis com esse tipo de material.

Desse conjunto de informações cuja base é a declaração para o imposto de renda, a exclusão mais lamentável é especificamente quanto aos rendimentos. Ou seja, se as informações relativas ao montante ou à composição do patrimônio, apesar das defasagens e imperfeições, mantêm um certo grau de consistência, as relativas aos rendimentos anuais sofrem mais diretamente os efeitos da inflação do período, além do sistema de declaração e registro. Caso contrário, com uma menor incidência desses efeitos ou, então, sua vinculação a outros índices mais estáveis (por exemplo, o salário mínimo do período, o dólar americano), essas informações seriam extremamente importantes. Isso, principalmente, por que na comparação entre o montante e a composição do patrimônio, ficam evidentes fortes indicações também quanto aos estilos de vida e, mais especificamente, aos padrões de consumo. Por exemplo, muitos que declaram não possuir bens ou que possuem apenas bens de consumo duráveis, possuem títulos escolares e/ou exercem profissões sabidamente com rendimentos elevados. O contrário também ocorre, ou seja, detentores de patrimônio ou investimentos econômicos com grau de escolarização ou exercício profissional que, por hipótese, significam níveis de rendimentos relativamente baixos. Mas essas informações relativas ao patrimônio conseguem apenas indicar nesse sen-

tido e, como mencionado, as relativas aos rendimentos são demasiadamente precárias para serem utilizadas, pelo menos nessa fase do trabalho.

Com exceção desse último ponto, do patrimônio econômico e sua composição, muitos indicadores relativos aos candidatos das eleições de 1990 e de 1994 poderiam ser confrontados com o conjunto da população do estado. Esse é o caso, por exemplo, do local de nascimento e de residência, estado civil, idade, profissão, grau de escolarização, etc. Para tanto, bastaria se tomar os dados censitários (já disponíveis inclusive eletronicamente) em que há coincidência de classificações. Porém, devido à evidente grande disparidade entre esses dois universos, o dos candidatos e o do conjunto da população, nessa fase do trabalho, parece que a principal e quase exclusiva vantagem desse confronto seria uma melhor especificação das proporções em termos estatísticos.

Quanto aos deputados federais, até porque se trata de uma fonte cuja razão de ser é completamente diferente, as informações contidas e sua classificação são distintas. Os itens que comumente constam no Repertório Biográfico consistem nos que seguem: profissão; data de nascimento e nome dos pais, esposa(o) e filhos; número de legislaturas e de mandatos eletivos; atividades profissionais exercidas; cargos públicos ocupados; estudos universitários e outros; atividades parlamentares; atividades sindicais, representativas de classe e associativas; trabalhos publicados, e em muitos casos, "outras informações" (ver Congresso Nacional, 1995). Evidentemente, em comparação com as informações da Justiça Eleitoral relativas aos candidatos, se trata de um conjunto de informações muito pobre e genérico, além de oficioso, e nem sempre as informações são fornecidas de modo sistemático. Por outro lado, como não se trata de candidatos, mas de ocupantes de cargos, são privilegiadas algumas indicações muito importantes, ausentes para os candidatos. Trata-se, principalmente, das informações relativas às atividades profissionais, que na maior parte dos casos, não têm nenhuma vinculação direta com o que é declarado como "profissão"; em segundo lugar, da ocupação sucessiva de cargos públicos ou em outras esferas; e, por fim, quanto às atividades "sindicais, representativas de classe e associativas", as quais, por mais que sofram o efeito do esforço da construção da imagem social e política, são muito importantes para um exame preliminar das formas de inserção e de ingresso na política profissional.

3. RESULTADOS PRELIMINARES E INDICAÇÕES

Como parece evidente, esse tipo de material, pelo menos em seu atual estado, somente se presta para análise quantitativa. Para tanto, os principais testes estatísticos que parecem mais apropriados e que, portanto, foram aplicados, são os que visam à análise das correlações entre os indicadores em pauta. Assim, foram aplicados, principalmente, testes tentando explorar o grau de homogeneidade ou heterogeneidade entre conjuntos de indicadores (análise fatorial de componentes principais, análise não linear de componentes principais, análise de homogeneidade) ou de duas variáveis entre si (análise de correspondência, tabelas cruzadas). Porém, diferentemente de quando se trata de uma população mais homogênea ou menos "plástica" quanto aos indicadores tomados para exame, por exemplo, alunos de universidades e suas origens sociais e distribuição por cursos (Coradini, 1997), quando resulta sempre uma estrutura com posições homólogas, no caso em pauta o grau de heterogeneidade freqüentemente impede que isso ocorra de modo mais intenso. Os objetivos da aplicação desse tipo de teste, no entanto, não se restringem a detectar uma eventual estrutura de posições que indicam no sentido de um determinismo, mas também relações entre indicadores. Faz parte desse último objetivo, também, a indicação do grau de heterogeneidade do universo estudado, conforme os diferentes indicadores tomados para exame.

Nessa primeira exploração se tomou inicialmente, o conjunto dos candidatos, desprezando-se os diferentes tipos de candidatura ou cargos visados (deputado estadual, deputado federal, governador, vice-governador, senador e suplente de senador). Após, se tomou os candidatos a deputado estadual e a deputado federal como universos separados, tendo em vista a comparação dos candidatos a um mesmo cargo entre si e com outros conjuntos, vinculados a outros cargos em disputa. Na separação, nessa fase exploratória do trabalho, foram excluídos os candidatos a governador, vice-governador, senador e suplente de senador, devido à sua pequena quantidade e, portanto, baixa representatividade estatística.

Quanto à distribuição por tipos de candidatura, dos 746 candidatos de 1990, a maior parte, ou seja, 66,3% dos 99,3% com informações disponíveis, são candidatos a deputado estadual, 30,2% a deputado federal e os restantes 3,5% se distribuem entre os demais cargos em

disputa (governador, vice-governador, senador e suplente de senador). De modo semelhante, para 1994, dos 100% com informações disponíveis, ou 633 candidatos, 60,2% são a deputado estadual, 32,7% a deputado federal e os restantes 7,1% a governador, vice-governador, senador e suplente de senador.

Em todo caso, antes da apresentação dos resultados dos testes, cabe algumas indicações meramente descritivas das freqüências estatísticas das principais variáveis, começando-se pela idade. Em todos os casos, candidatos das eleições de 1990 e de 1994 e deputados federais, as idades abrangem uma faixa que vai dos 21-22 aos 78 anos, mas se concentrando nas faixas entre trinta e cinquenta anos. Assim, tomando-se a idade em seu conjunto, sem intervalos, há uma relativa dispersão nessa escala de 21 a 78 anos. Porém, tomando-se por faixas de dez anos, para os candidatos de 1990, a faixa de maior concentração é a de 40-49 anos, com 39,9% dos com informações disponíveis (89,7%), seguida pela de 30-39 anos (26,6%) e apenas 8,8% para a de 50-59, seguida pela de 60-69 (6,9%) e de 22-29 anos (4,8%). Na faixa de idade mais elevada, com mais de setenta anos, ocorrem somente 1,2% dos casos.

Quanto à idade, não ocorrem maiores diferenças entre tipos de candidatura. Assim, para os candidatos a deputado estadual a moda estatística continua na faixa de 40 a 49 anos (com 39%), seguida pela de 30 a 39 (19,5%), 50 a 59 (19,5%), 60 a 69 (6,3%), 21 a 29 (4,8%) e apenas 8 (0,9%) com mais de setenta anos. Para os candidatos a deputado federal a distribuição etária é praticamente a mesma à dos a deputado estadual, com uma pequeníssima elevação etária para aqueles.

Para os candidatos de 1994, sua distribuição etária é muito semelhante. A escala de distribuição para os com informações disponíveis (98,9%) vai de 21 a 78 anos, sendo que a moda estatística se situa nos 51 anos (com 4,3% dos casos). Porém, tomando-se por faixas de dez anos, 39,1% se situam na de 40-49, seguida pela de 50-59 (26,8%) e de 30-39 (20,8%). Apenas 7,3% estão na faixa de 60-69 e 4% na de 21-29 e, por fim, 1,9% na faixa mais elevada, de setenta anos ou mais.

Tomando-se separadamente, para 1994, há uma pequena elevação etária para os candidatos a deputado federal. A faixa de maior concentração continua sendo a de 40 a 49 anos, mas com a inclusão de 37,2% dos candidatos a deputado estadual e 44,7% dos a deputado

federal. Do mesmo modo, na faixa dos 50 a 59 anos estão incluídos 25% dos primeiros e 27,2% dos segundos. Algo semelhante ocorre com as faixas acima e, por outro lado, na faixa de 30 a 39 anos estão incluídos 23,9% dos candidatos a deputado estadual e 16,5% dos a deputado federal. O mesmo ocorre com a faixa mais baixa, de 21 a 29 anos, na qual estão incluídos 5,6% e 1,9%, respectivamente.

Para os deputados federais eleitos em 1994, também, sua distribuição etária é muito semelhante. A escala é de 22 a 78 anos, com a moda estatística situada nos 51 anos (4,5% dos casos com informações disponíveis, que são 99,8% do total). Por faixas de dez anos, o resultado é o que segue: 37,9% têm entre 40-49 anos; 30,2% entre 50-59; e 17,6% entre 30-39 anos. Apenas 9,6% se situam na faixa de 60-69 anos; 2,5% na de 22-29; e 2% na faixa mais elevada, de setenta anos ou mais. Comparativamente há uma pequena elevação da idade, com 30,2% na faixa de 50-59, contra 26,8% para os candidatos de 1994 e 20,6% para os de 1990. Porém, nas faixas de mais de sessenta anos, há 8,6% dos deputados, contra 9,2% dos candidatos de 1994 e 8,1% de 1990.

Quanto ao local de nascimento e de residência, particularmente o primeiro, como é demonstrado adiante, têm relações muito tênues com os demais indicadores. Em todo caso, pelo menos a título de ilustração, talvez caiba expor algumas indicações. O número de locais ou municípios de nascimento dos candidatos de 1990 e de 1994 é extremamente amplo. Portanto, nessa forma, tem pouco a contribuir, além de indicar a forte dispersão. Tendo isso em vista, como já mencionado, esses locais foram reclassificados conforme o tamanho populacional dos municípios em 1990, de acordo com os dados censitários do IBGE (IBGE, s.d.).

Para os candidatos de 1990, a distribuição do local de nascimento por tamanho populacional do município é a que segue: a maior concentração de casos está na faixa de municípios entre cinquenta e cem mil habitantes, com 22,7% dos com informações disponíveis (66,8% do total), seguida pela de vinte a cinquenta mil (21,3%), de mais de um milhão (que inclui somente Porto Alegre, com 16,1%), de duzentos a quinhentos mil (13,5%), de cem a duzentos mil (11,6%), de mil a vinte mil (11,2%) e, por fim, até mil habitantes, com 3,6%. Em síntese, mais da metade dos candidatos de 1990 (58,8%) nasceram em municípios com até cem mil habitantes. Tomando-se separadamente

os candidatos a deputado estadual e a deputado federal, os resultados são praticamente os mesmos, com uma pequeníssima maior concentração dos últimos nos centros urbanos maiores.

Para os candidatos de 1994, quanto ao local de nascimento, os resultados são muito semelhantes. Do total de 89,4% com informações disponíveis, 21,9% nasceram em municípios com população entre vinte e cinquenta mil, 20,1% entre cinquenta e cem mil, 15,7% com mais de um milhão (Porto Alegre), 12,2% entre cem e duzentos mil, 11,7% entre mil e vinte mil e, por fim, 6,9% nasceram em municípios com até mil habitantes em 1990. Portanto, para 1994, também, a maior parte (60,6%) dos candidatos nasceu em municípios com até cem mil habitantes em 1990.

A pequena diferença entre os candidatos a deputado estadual e a deputado federal, quanto aos locais de nascimento fica mais nítida em 1990, do que para 1994. Assim, 42,6% dos candidatos a deputado estadual e 38,8% dos a deputado federal nasceram em municípios com até cinquenta mil habitantes. Por outro lado, 13% dos primeiros e 18,6% dos segundos nasceram em municípios com mais de um milhão de habitantes (Porto Alegre). Algo semelhante ocorre com as faixas imediatamente abaixo (10,1% e 13,8%, respectivamente para a faixa de duzentos a quinhentos mil) e o contrário para a de cem a duzentos mil (12,7 dos candidatos a deputado estadual e 11,2% dos a deputado federal).

Em relação ao local de residência, há uma maior concentração em Porto Alegre e nos centros urbanos maiores, o que indica uma forte mobilidade geográfica nessa direção¹. Para os candidatos de 1990, sua distribuição quanto ao tamanho populacional do município de residência é o que segue: dos com informações disponíveis (97,2% do total), 41% residem em municípios com mais de um milhão de habitantes (Porto Alegre)², seguidos pelas faixas logo abaixo, ou seja, de duzentos a quinhentos mil³, com 15,7%, entre cem e duzentos mil (13,2%), de cinquenta a cem mil (14,2%), de vinte a cinquenta mil (10,3%), de mil a dois mil (3,7%) e, por fim, a faixa de até mil habitantes em 1990, com 1,8%. Para os candidatos de 1994 os resultados são muito semelhantes, sendo que dos 98,7% com informações disponíveis, 39,8% residem em municípios com mais de um milhão de habitantes (Porto Alegre), seguidos pelas faixas imediatamente abaixo: 15,2% entre duzentos e quinhentos mil; 13,6% de cem a duzentos mil; 15,5%

de cinquenta a cem mil; 9,1% de vinte a cinquenta mil; 3,7% de um a vinte mil e, por fim, 3% residem em municípios de até mil habitantes em 1990.

A exemplo do que ocorre com o local de nascimento, para o local de residência, também, há um pequeníssimo aumento da participação dos centros urbanos maiores para os candidatos a deputado federal. Assim, por exemplo, para os de 1990, dos candidatos a deputado estadual, 61,8% residiam em municípios com até quinhentos mil habitantes, contra 56% para os a deputado federal. Apenas 13,9% dos primeiros, contra 20,2% dos segundos, residiam em centros com mais de um milhão de habitantes (Porto Alegre). Por outro lado, 18,9% dos candidatos a deputado estadual e 10,1% dos a deputado federal residiam em municípios com até cinquenta mil habitantes. Para os candidatos de 1994, essas diferenças entre os candidatos a deputado estadual e a deputado federal, quanto ao local de residência, são praticamente as mesmas.

Um outro indicador demográfico que também não mantém relações muito intensas com os demais, mas cujas informações estão disponíveis e cabe como ilustração, é o estado civil. Assim, dos candidatos de 1990, dos 83,9% com informações disponíveis, 77,8% são casados, 11,3% solteiros, 9,9% separados judicialmente ou divorciados e 1% são viúvos. Para 1994, dos 99,1% com informações disponíveis, 72,7% são casados, 12,3% solteiros, 13,4% separados judicialmente ou divorciados e 1,6% são viúvos. Tomando-se os candidatos a deputado estadual e a deputado federal, não há maiores diferenças, com exceção de uma pequena elevação da proporção de casados para os candidatos a deputado federal em 1994, que atinge 80,1% e apenas 7,3% de solteiros, contra 68,7% e 16,2%, respectivamente, para os candidatos a deputado estadual. Quanto aos deputados federais, a informação somente aparece no caso de ser casado (85,2% do total).

Já no que se refere à titulação escolar, como é demonstrado adiante, esse indicador tem um relativo efeito sobre os demais. Para os candidatos de 1990, essas informações ficaram um tanto prejudicadas, visto que, como a declaração da titulação escolar não era obrigatória, somente foi possível obter informações sobre 33,8% dos candidatos. Além disso, como seria de se esperar, a quase totalidade dos com informações disponíveis ostentam o título socialmente mais valorizado e vinculado à profissão, ou seja, a titulação universitária. Assim, para os

candidatos de 1990, dos 38,8% com informações disponíveis, 97,2% têm curso superior completo e do restante, apenas 0,4% têm o primeiro grau incompleto, 1,6% o segundo grau completo e 0,8% o curso superior incompleto. Evidentemente, trata-se de uma distorção, mas essas informações servem pelo menos como indicação sobre a titulação universitária e, portanto, foram recodificadas, em duas categorias, os com curso superior e os demais. Assim para 1990, os com curso superior completo representam 97,2% e os demais, 2,8% do total com informações disponíveis. Posteriormente, como é apresentado adiante, se tomou apenas esses com cursos superiores, em suas classificações por cursos.

Para os candidatos de 1994, quanto à titulação escolar, as informações são mais completas e quase exaustivas (96,8% do total). Desse total, 59,4% têm algum curso superior completo, 14,4% têm curso superior incompleto, 12,6% o segundo grau completo, 5,1% o segundo grau incompleto, 3,3% o primeiro grau completo e, por fim, 5,4% têm apenas o primeiro grau incompleto. Em síntese, para 1994, do total com informações disponíveis, 59,4% têm curso superior completo e 40,6% têm algum grau inferior de escolarização. Como se pode ver, se trata de um universo populacional com um grau de escolarização incomparavelmente alto, *vis-à-vis* o conjunto da população do estado. Nesse caso, da titulação escolar dos candidatos de 1994, as diferenças entre os a deputado estadual e a deputado federal são significativas. Assim, 67,8% dos candidatos a deputado federal com informações disponíveis têm curso superior completo, contra 52,7% dos a deputado estadual. Por outro lado, 47,3% dos candidatos a deputado estadual e 32,2% dos a deputado federal têm escolarização inferior ao curso superior completo. Aliás, um ponto que se destaca quanto à titulação escolar formal desses candidatos é a quantidade relativamente grande dos que têm o curso superior incompleto, levando-se em conta sua idade média. Para os candidatos de 1994, pelo menos 7,9% dos a deputado federal e 18,8% dos a deputado estadual têm o curso superior incompleto.

Para os deputados federais eleitos em 1994 essa escolarização formal é ainda mais elevada: do total de 94,7% com informações disponíveis, 85,6% têm algum curso superior completo, 5,2% têm curso superior incompleto, 7,8% o segundo grau completo, 0,4% o segundo grau incompleto e, por fim, apenas 1% têm o primeiro grau completo.

Na medida em que as fontes permitiram, se procurou informações adicionais sobre a titulação escolar, particularmente, em relação aos cursos universitários e suas supostas vinculações formais com as atividades profissionais. Para os candidatos de 1990, do total dos 245 (33,8% do total com informações disponíveis sobre o curso superior) conseguiu-se informações adicionais sobre o curso universitário para quase todos e, também para alguns poucos com o segundo grau completo. Isso resultou num total de 25 categorias de cursos universitários e quatro relativas ao segundo grau. Desses vinte e cinco cursos universitários ou "profissões", quase a metade, ou seja, onze, têm somente uma ocorrência, e dos que incluem mais de um candidato com informações disponíveis, sua ordem decrescente é a que segue: advogados, com 140 casos ou 56,9% desse total ou, mais precisamente, 141 (57,3%) se incluído um que é advogado e professor; médicos, com 40 ocorrências (16,3%); dentistas (12 ou 4,9%); economistas (9 ou 3,7%); engenheiros agrônomos (5 ou 2%); engenheiros civis (*idem*); veterinários (*idem*); arquitetos (4 ou 1,6%); engenheiros, sem especificação (3 ou 1,2%); jornalistas (*idem*); sociólogos (2 ou 0,8%); analistas de sistemas (*idem*); e, por fim, administradores de empresas (também com 2 ou 0,8%). As demais categorias ou títulos universitários, todos com apenas um caso, são os que seguem: o já mencionado advogado que também é professor, um engenheiro civil que também é militar, um jornalista/advogado/bioquímico, um farmacêutico, engenheiro mecânico, engenheiro eletrônico, biólogo e, por fim, um geólogo. Portanto, na maior parte dos casos, se trata de subespecialidades de cursos já contempladas, como engenheiros ou, então, os que possuem mais de um curso universitário, não se classificando, portanto, como os demais. Quanto aos títulos escolares ou "profissionais" com o nível de segundo grau, todos com apenas uma ocorrência, são os que seguem: técnico contábil, técnico agrícola, técnico em administração de empresas, contador (não incluído como técnico contábil apenas para manter a fidelidade à nomenclatura) e, por fim, um estudante de direito, sem maiores especificações.

Para os candidatos de 1994, as informações são mais completas, mas os resultados são muito semelhantes. Do total de 96,8% com informações disponíveis, 59,4% têm curso superior completo, 14,4% superior incompleto, 12,6% segundo grau completo, 5,1% segundo grau incompleto, 3,3% primeiro grau completo e, por fim, 5,4% têm

apenas o primeiro grau incompleto. Para esses 59,4% com curso superior, se conseguiu especificar o tipo de curso para um total de 71,7% dos mesmos, que se dividem em 25 categorias. Dessas, 14 têm mais de uma ocorrência, cuja ordem decrescente é a que segue: advogados, com 123 ou 19,4% do total com curso superior; médicos, com 33 ou 5,2%; engenheiros, sem especificação, com 13 ou 2,1%; engenheiros agrônomos, com 11 ou 1,7%; economistas, com 10 ou 1,6%; engenheiros civis, com 9 ou 1,4%; dentistas, com 7 ou 1,1%; administradores de empresas, com 6 ou 0,9%; jornalistas, com 6 ou 0,9%; veterinários, com 5 ou 0,8%; arquitetos, com 4 ou 0,6%; sociólogos (*idem*); contabilistas, com 3 ou 0,4% e, por fim, professores, sem maiores especificações e farmacêuticos, ambos com 2 ou 0,3%. Os cursos que somente têm uma ocorrência são os que seguem: geólogo, engenheiro de segurança, engenheiro químico, engenheiro mecânico, psicóloga, historiador e, por fim, um que é advogado e jornalista. Neste sentido, a exemplo dos candidatos de 1990, também nesse caso se trata quase sempre de subespecialidades, que poderiam ser incluídas nas categorias anteriores, como a de engenheiros, e se manteve a divisão apenas para tentar um maior grau de discriminação. Em síntese, são os títulos universitários ou as respectivas "profissões" mais tradicionais que se destacam, em termos quantitativos. Dentre essas, particularmente, advogados, médicos, engenheiros, dentistas, economistas, dentre poucos outros. Na comparação entre os candidatos a deputado estadual e os a deputado federal, quanto ao tipo de títulos escolares, não ocorrem diferenças significativas e, portanto, não vale a pena expor esses resultados.

Para os deputados federais eleitos em 1994, essa concentração em alguns títulos universitários mais tradicionais é ainda maior. Porém, nesse caso, uma outra característica se destaca, ou seja, a ostentação de mais de um curso universitário. Tomando-se os 85,4% com informações disponíveis quanto ao tipo de título universitário, os resultados são os que seguem: advogados, com 151 (34,6%); médicos, com 58 (13,3%); engenheiros civis, com 36 (8,2%); economistas, com 35 (8%); administradores de empresas, com 27 (6,2%); outras especialidades de engenharia, com 14 (3,2%); agrônomos, com 9 (2,1%); sociólogos/cientistas sociais, com 8 (1,8%); jornalistas, com 7 (1,6%); com apenas quatro ocorrências: contadores, filósofos, dentistas, geólogos e arquitetos; com apenas três: pedagogos e veterinários. Os restantes cerca de dez por cento são formados em mais de um curso superior,

onde os cursos de direito, de economia e de engenharia predominam nas combinações.

Quanto às classificações profissionais, trata-se de um dos indicadores tidos como mais importantes para esse tipo de estudo e, no entanto, o mais difícil, por uma série de motivos. Dentre as razões já destacadas pela literatura, como o fato de abordar as classificações sócio-profissionais resultarem de um processo de lutas de classificação e, portanto, as categorias adquirirem significados diferentes conforme a perspectiva do registro⁴, no caso em pauta se acrescentam outras. Em primeiro lugar, porque, no caso brasileiro, não se dispõe de um código de classificações profissionais, oficializado e mais ou menos cristalizado no senso comum (como parece ser o caso da França), que servisse de referencial geral. Em segundo lugar, há uma tendência generalizada em se declarar como “profissão” o título escolar, principalmente quando se trata de curso universitário. Ocorre que, em muitos casos, esse título não mantém nenhuma relação direta com o exercício profissional. Uma boa indicação quanto a isso pode ser obtida, no caso dos deputados federais, ao se confrontar a “profissão” declarada como tal com o elenco de “atividades profissionais” no Repertório Biográfico. Nesse caso, quando há uma certa vinculação entre o título escolar e o exercício profissional, é no sentido de gestão desse exercício, como, por exemplo, o médico cujas “atividades profissionais” se concentram na direção de hospitais ou, então, do engenheiro cujas atividades se concentram na direção de empresas de engenharia. Para os candidatos de 1990 e 1994, na impossibilidade desse confronto, visto que se dispõe apenas da declaração da profissão e não das atividades profissionais exercidas, isso fica evidente pelo conhecimento prévio de muitos desses candidatos.

Talvez, além da inexistência de uma maior codificação das classificações profissionais no Brasil e, inclusive, da menor importância da profissão enquanto critério de definição de posição social, no caso em pauta isso sofre o efeito de se tratar de profissionais da representação ou, pelo menos, pretendentes a tanto. Consequentemente, quando a “profissão” não é reduzida ao título escolar, a classificação declarada tem um sentido de origem da carreira, que posteriormente foi dedicada principalmente a atividades de representação ou de comando. Esse é o caso, por exemplo, dos que se declaram advogados, médicos, empresários, agricultores, etc., mas mantém uma carreira política que cronologicamente se aproxima de seu ingresso no mercado de trabalho. Ou,

então, cujo ingresso na carreira política foi mais tardio, mas no período anterior as “atividades profissionais” se concentravam nas de representação corporativa ou sindical, como é o caso de quase todos os candidatos das eleições de 1990 e 1994 que se declaram profissionalmente como agricultores, bancários, comerciários, etc. Um segundo aspecto disso é que, como em geral se trata de um amálgama de atividades “profissionais” e de representação de diferentes espécies, onde, além das atividades de representação político-partidária ou sindical, o próprio exercício de algumas “profissões” pode ter um sentido de representação (jornalistas, radialistas, dirigentes de clubes de futebol, diretores de grandes empresas, etc.), na maior parte desses casos, há uma combinação de mais de uma categoria profissional. Por outro lado, há também aquelas classificações profissionais em que fica evidente o esforço de reclassificação social conforme as categorias mais ao gosto da época, como exemplificam particularmente os que se declaram “empresários”, mas que por outros indicadores como patrimônio econômico, escolarização, etc., fica claro que se trata de pequenos comerciantes, representantes comerciais ou algo do gênero, ao passo que outros que poderiam ser classificados enquanto tais, inclusive pelo senso comum, optam por categorias mais específicas, como industriais, comerciantes, etc. Como é apresentado adiante, a única forma de se dispor de alguma aproximação ao significado dessas categorias profissionais é através de seu cruzamento com outros indicadores, tais como o patrimônio econômico e sua composição, grau de escolarização, etc.

Em termos estritamente descritivos, tanto para os candidatos das eleições de 1990 e 1994, como para os deputados federais eleitos em 1994, numa primeira aproximação, se mantiveram as classificações nominais tais como aparecem na documentação. Com isso se pretendeu resguardar ao máximo suas especificidades, pelo menos em termos formais. Isso resultou num elenco de mais de cem categorias de classificação, para os candidatos de 1990 e de 1994 e, para os deputados federais, um número ainda maior; sendo que a maior parte dessas categorias ou seus desdobramentos somente contempla uma ocorrência.

Numa primeira recodificação e reagrupamento, mantiveram-se vinte e oito categorias de classificação para os candidatos de 1990 e de 1994. Para os 80% com informações disponíveis das eleições de 1990, os resultados em ordem decrescente são os que seguem: advogados,

com 144 ou 19,1%; funcionários públicos em geral (incluída parte dos professores estaduais), com 64 (10,7%); outros profissionais liberais com titulação universitária, com 57 (9,5%); comerciantes/representantes comerciais/vendedores, com 55 (9,2%); professores não universitários em geral, com 46 (7,7%); médicos, com 38 (6,4%); empregados do comércio e prestação de serviços, com 35 (5,9%); bancários, com 46 (7,7%); autônomos, com 18 (3%); radialistas que são também produtores de espetáculos, com 16 (2,7%); altos funcionários públicos em geral (juizes, promotores, delegados de polícia, etc.), com 16 (2,7%); agricultores, com 15 (2,5%); militares oficiais (inclusive da PM), com 15 (2,5%); empresários, com 12 (2%); empregados da indústria, com 10 (1,7%); industriais, com 9 (1,5%); administradores de empresas públicas ou privadas, com 7 (1,2%); classificados como "outros" (na própria documentação), com 7 (1,2%); militares não oficiais, com 6 (1%); professores universitários que são também profissionais liberais, com 5 (0,8%); religiosos, com 4 (0,7%); estudantes, com 4 (0,7%); agropecuaristas/fazendeiros/produtores rurais, com 4 (0,7%); radialistas que são também empresários, com 2 (0,3%); profissionais liberais que são também empresários rurais ou urbanos, com um (0,2%); exclusivamente professores universitários, com um (0,2%); e, por fim, esportistas ou técnicos em esportes profissionais, também com um (0,2%). Em síntese, "profissionalmente", a maior parte dos candidatos é formada por profissionais liberais, funcionários públicos de diferentes escalões, empregados do comércio, da indústria ou prestação de serviços e empresários de diferentes setores. É claro que essa listagem, com base nessas categorias, pode ser reordenada, facilitando assim a leitura e interpretação, mas nessa fase exploratória, optou-se por mantê-la em sua extensão.

Para as eleições de 1994 os resultados são muito semelhantes. Sua ordem decrescente, para os 97,6% com informações disponíveis, é a que segue: advogados, com 107 ou 17,3%; funcionários públicos em geral, inclusive professores estaduais, com 66 (10,7%); outros profissionais liberais com titulação universitária, com 65 (10,5%); comerciantes/representantes comerciais/vendedores, com 56 (9,1%); empregados do comércio e prestação de serviços, com 46 (7,4%); professores não universitários em geral, com 45 (7,3%); médicos, com 34 (5,55); bancários, com 24 (3,9%); militares em geral (inclusive da PM), com 23 (3,7%); agricultores, com 15 (2,4%); empresários, com 15 (2,4%);

radialistas e produtores de espetáculos, com 14 (2,3%); exclusivamente jornalistas, com 13 (2,1%); autônomos, com 13 (2,1%); contadores, com 12 (1,9%); empregados da indústria, com 11 (1,8%); professores universitários, com 8 (1,3%); altos funcionários públicos (juizes, promotores, delegados de polícia), com 8 (1,3%); industriais, com 7 (1,1%); administradores de empresas públicas ou privadas, com 7 (1,1%); religiosos, com 7 (1,1%); estudantes, com 4 (0,6%); profissionais liberais que são também empresários rurais ou urbanos, com 2 (0,3%); microempresários, com 2 (0,3%); esportistas profissionais, com 2 (0,3%); radialistas que são também empresários, com um (0,2%); e, por fim, professores que são também profissionais liberais, com um (0,2%). Como se observa, novamente, os profissionais liberais, funcionários públicos (onde se destacam numericamente os professores e militares), empregados do comércio e prestação de serviços e os empresários (principalmente comerciantes), constituem a maior parte.

No confronto entre os candidatos a deputado estadual e os a deputado federal, para 1990, não ocorrem muitas diferenças significativas, quanto a essas classificações profissionais. As categorias que mais mudam suas proporções são as que seguem: os classificados como autônomos, com 3,4% dentre os candidatos a deputado estadual e 2,3% a deputado federal; empregados do comércio e prestação de serviços (públicos ou privados), com 4,9% e 7,6%, respectivamente; os altos funcionários públicos (juizes, promotores e delegados de polícia), com 3,2% e 1,7%, respectivamente; professores não universitários em geral, com 8,1% e 5,8%, respectivamente; e, por fim, os contadores, com 2,5% e 1,7%, respectivamente, além de algumas outras categorias, com pequenas alterações.

Quanto aos candidatos de 1994, essas diferenças são mais significativas, pelo menos para algumas categorias. Assim, os advogados têm uma participação de 15,3% dentre os candidatos a deputado estadual e 18,7% a deputado federal; os médicos, de 5,9% e 4,9%, respectivamente; os outros profissionais liberais com titulação universitária, de 7,3% e 16,3%, respectivamente; os industriais, de 1,3% e 0,5%, respectivamente; os bancários, de 4,8% e 2,5%, respectivamente; os empregados do comércio e prestação de serviços, de 8,9% e 5,4%, respectivamente; os empregados da indústria, de 1,6% e 2,5%, respectivamente; os funcionários públicos em geral (inclusive professores estaduais), de 13,7% e 6,9%, respectivamente; os radialistas e produtores de

espetáculos, de 3,2% e 1%, respectivamente; e, por fim, os religiosos, com uma participação de apenas 0,5% dentre os candidatos a deputado estadual e de 2,5% a deputado federal, além de algumas outras categorias, com algumas pequenas mudanças.

Quanto aos deputados federais, o que mais os caracteriza é a combinação de mais de uma categoria profissional. Consequentemente, mesmo após um esforço no sentido de reagrupamento das categorias mais próximas, resultou uma longa lista. Por ordem decrescente, os resultados para os 99,6% com informações disponíveis são os que seguem: profissionais liberais que são também empresários rurais ou urbanos, com 92 casos ou 18%; professores universitários que são também profissionais liberais, com 50 (9,8%); exclusivamente empresários, com 43 (8,4%); outros profissionais liberais com titulação universitária, com 42 (8,2%); profissionais liberais que são também professores, sem maiores especificações, com 25 (4,9%); médicos, com 24 (4,7%); médicos que são diretores de hospitais, com 13 (2,5%); administradores (de empresas públicas ou privadas), com 13 (2,5%); agropecuaristas/fazendeiros/produtores rurais, com 10 (2%); professores universitários que são também empresários, com 9 (1,8%); altos funcionários públicos, com 9 (1,8%); funcionários públicos em geral (inclusive professores estaduais), com 8 (1,6%); advogados que são também bancários, com 7 (1,4%); radialistas e produtores de espetáculos, com 7 (1,4%); empregados da indústria, com 7 (1,4%); jornalistas, com 7 (1,4%); professores, sem maiores especificações, com 7 (1,4%); professores não universitários, com 6 (1,2%); agropecuaristas que são também empresários urbanos, com 6 (1,2%); profissionais liberais que são também diretores de empresas privadas, com 6 (1,2%); profissionais liberais que são também diretores de empresas públicas, com 6 (1,2%); jornalistas que são também empresários ou diretores de jornal, com 6 (1,2%); comerciantes/representantes comerciais/vendedores, com 5 (1%); bancários, com 5 (1%); professores universitários que são também funcionários públicos, com 5 (1%); militares oficiais, com 4 (0,8%); religiosos, com 4 (0,8%); bancários que são diretores de bancos ou empresas, com 4 (0,8%); estudantes, com 3 (0,6%); agricultores, com 3 (0,6%); contadores, com 3 (0,6%); industriais, com 3 (0,6%); empregados do comércio e prestação de serviços, com 3 (0,6%); profissionais liberais que são também empresários e funcionários públicos, com 3 (0,6%); professores que são também empresários, com 3 (0,6%); pro-

dutores rurais que são também diretores de cooperativas, com 2 (0,4%); bancários que são também profissionais liberais, com 2 (0,4%); advogados que são também professores e radialistas, com 2 (0,4%); por fim, um microempresário, um esportista, um bancário que é também produtor rural, um caminhoneiro que é também empresário, um contador que é administrador de empresas, um sociólogo que é também funcionário público, um professor que é administrador e proprietário de colégios, um engenheiro que é também funcionário público e um professor que também é diretor de empresas. Como se pode ver, além das frequentes combinações de mais de uma classificação, dentre os deputados federais predominam os que são profissionais liberais e empresários, em combinação ou não.

Tendo em vista a complementação dessas informações sobre as "profissões", tentou se extrair da documentação indicações secundárias. Para os 746 candidatos de 1990, foram obtidas informações complementares para 146 casos. Os principais resultados são os que seguem: três dos que não consta a profissão são aposentados; outros seis sem declaração da profissão são deputados estaduais, outro é deputado federal, e outro é deputado, sem especificação; sete outros sem a declaração da profissão são vereadores e outro é vice-prefeito; oito dos que se declaram como advogados são deputados, radialistas, vereadores, etc., ou seja, mantém outras atividades, em geral vinculadas à política, ao jornalismo ou ao ensino; três que se declaram como agricultores são também sindicalistas; dois arquitetos são também vereadores; o mesmo ocorre com os bancários, que além de sabermos a que banco estão vinculados (em geral de controle estatal), alguns aparecem também como vereadores; quanto aos comerciantes, pelo menos dois são também vereadores e um é deputado federal; outros dois são contadores e vereadores; do mesmo modo, para muitos funcionários públicos é possível especificar o organismo a que estão vinculados (se destacam a Assembléia Legislativa e outros diretamente vinculados à atuação política); para boa parte dos militares também é possível especificar sua graduação e a força a que se vinculam, além do fato de ser aposentado ou da ativa; por fim, para boa parte dos que se declaram como professores, é possível especificar sua categoria, em geral se tratando de professores secundários da escola pública.

Para os candidatos de 1994 também, conseguiram-se essas informações complementares para 115 dos 633 candidatos. Assim, é pos-

sível saber, por exemplo, que três dos que não declararam a profissão são aposentados, outros dois são deputados estaduais e outros três são vereadores; outro que se declara administrador é deputado federal; um advogado/delegado de polícia também é deputado federal, a exemplo de outros dois que se declaram advogados; outros cinco que se declaram advogados são deputados estaduais, além de outros dois advogados que constam apenas como deputados, sem especificação, ou seja, pelo menos nove que se declaram advogados já são deputados; outro que se declara como advogado é também pecuarista e ainda outro, também é professor. Dos que se declaram apenas como agricultores, um é aposentado e outro aparece também como sindicalista; dois agropecuaristas são também engenheiros agrônomos e um terceiro é também radialista; dois que se declaram como bancários são deputados estaduais; o mesmo ocorre com um comerciante, sendo que outro é vereador; outro corretor também é deputado estadual, a exemplo de um dentista; o mesmo ocorre com quatro que se declaram economistas, três dos quais sendo deputados estaduais e outro deputado federal; o mesmo ocorre com um eletricitário, dois empresários e três engenheiros, todos deputados estaduais e um quarto engenheiro e deputado federal; outro que se declara engenheiro agrônomo é também agropecuarista; outro que se declara como engenheiro é também professor universitário; dentre os que se declaram funcionários públicos, um é tenente da PM, outro é delegado de polícia, um é deputado estadual, outro deputado federal, outro é vereador, além de um aposentado; de modo semelhante, dois industriais, um deputado estadual e outro federal; um geólogo é vereador; outro jornalista é também comerciante e outro, professor universitário; um promotor também é deputado estadual; dentre cinco que se declaram médicos, um também é deputado estadual e outro federal, outro é funcionário público federal, outro é major e um último é presidente do sindicato estadual dos médicos; um metalúrgico também é deputado federal; dentre onze que se declaram simplesmente como militares, um é também contabilista, outro é cabo da PM, outro é capitão do Exército, outros quatro são da PM, dentre os quais um tenente-coronel, além de outros dois que são militares da reserva, sem maiores especificações; dentre cinco que se declaram professores, três são professores estaduais, um é deputado estadual e outro federal, além de um aposentado; dentre dois radialista, também, um é deputado estadual e

outro federal; por fim, o mesmo ocorre com um sociólogo, que é deputado estadual e um veterinário, deputado federal.

Quanto ao patrimônio econômico, como já mencionado, após sua conversão em dólares americanos, os montantes foram recodificados por intervalos. Para os candidatos de 1990, a distribuição dos 46,9% com informações disponíveis mais completas (e sem contar os que declaram não possuir bens) em faixas é a que segue: quase metade, 43,4%, se situam na faixa de até cem dólares; 13,1% na faixa imediatamente acima, de cem a duzentos; 9,7% na de duzentos a trezentos; 6,3% na de trezentos a quatrocentos; 5,1% na de quinhentos a seiscentos; 4,3% na de seiscentos a oitocentos; e, por fim, uma pequena participação nas faixas de mais de oitocentos dólares: 3 (0,9%) na de oitocentos a novecentos; 3 (0,9%) na de novecentos a mil; 32 (4,3%) na faixa de mil a dez mil dólares; e, por fim, um na faixa de dez a cem, e outro na de quinhentos mil a um milhão de dólares. Como podemos ver, há uma correspondência direta entre as faixas de menor patrimônio declarado e o número de ocorrências.

Comparando-se candidatos a deputado estadual e a deputado federal de 1990, quanto ao montante do patrimônio, fica evidente uma diferença não muito acentuada, mas sistemática. Ou seja, em geral, os candidatos a deputado federal detém um montante maior de patrimônio. Assim, na faixa mais baixa, de até cem dólares, estão incluídos 47,3% dos candidatos a deputado estadual com informações disponíveis e 30,6% dos a candidato a deputado federal; nas faixas imediatamente acima essa proporção se inverte e nas faixas superiores a diferença fica ainda maior. Por exemplo, na faixa de mil a dez mil dólares estão incluídos 10,2% dos candidatos a deputado federal e 8,8% dos a deputado estadual. Nas faixas acima dessa, onde estão incluídos 2% dos candidatos a deputado federal não há nenhum a deputado estadual.

Para os candidatos de 1994 a distribuição de 86,1% dos candidatos com informações disponíveis (excluindo-se os que declaram não possuir bens) é a que segue: mais da metade, 54,3% têm um patrimônio declarado que (após sua conversão de UFIR para moedas brasileiras da época e, após, em dólar) se situa na faixa de até cem dólares; a seguir, a faixa imediatamente acima, de cem a duzentos dólares, com 16,7%; de duzentos a trezentos, com 9,5%; de trezentos a quatrocentos, com 5,7%; de quatrocentos a quinhentos (2,6%), de quinhentos a seiscentos

tos (2,6%). As faixas mais altas restantes têm uma ocorrência numericamente muito pequena: 4 casos (0,7%) na de seiscentos a setecentos; 6 (1,1%) na de setecentos a oitocentos; um (0,2%) na de oitocentos a novecentos; 3 (0,6%) na de novecentos a mil; 27 (5%) na faixa de mil a dez mil; 2 (0,4%) na de dez a vinte mil; e, por fim, um na faixa de cinquenta a cem mil, e outro na de mais de um milhão de dólares. Portanto, nesse caso também, há uma relação direta entre a faixa e o número de ocorrências, com uma forte concentração nas faixas mais baixas.

Do mesmo modo que para os candidatos de 1990, para os de 1994, também há uma pequena diferença, mas sistemática, entre os candidatos a deputado estadual e os a deputado federal, quanto ao montante do patrimônio. Na faixa mais baixa, de até cem dólares, estão incluídos 57,6% dos candidatos a deputado estadual e 50,6% dos a deputado federal. Na faixa imediatamente acima, de cem a duzentos dólares ocorre algo semelhante (18% e 14,4%, respectivamente) e a partir daí essa proporção se inverte para todas as faixas acima. Na faixa de mil a dez mil dólares, por exemplo, estão incluídos 3% dos candidatos a deputado estadual e 6,3% dos a deputado federal e acima dessa, 0,6% e 1,2%, respectivamente.

Evidentemente, esses montantes estão extremamente rebaixados, seja devido às altas taxas de inflação da época e dos critérios de correção monetária para declaração de bens e rendimentos ou, então, simplesmente por se tratar de declarações oficiais que não necessariamente devem ter alguma vinculação mais direta com os valores de mercado. Para evidenciar essa forte subestimação, basta comparar alguns dos bens declarados, por exemplo, uma casa ou automóvel, com os valores de mercado atuais, que não devem ser tão diferentes, passados oito anos. Em todo caso, como já mencionado, mais que os montantes em termos absolutos, interessa a hierarquização desses montantes. Se essa hierarquização pode ser um tanto prejudicada, na medida em que, possivelmente, os com maiores recursos podem ser os com maiores possibilidades de subestimação nas declarações (até porque conseguem manipular melhor as regras e os riscos), por outro lado, o fato de se dispor de uma proporção elevada de casos com informações disponíveis pode amenizar essa distorção.

Porém, talvez a melhor forma de amenizar os efeitos dessa subestimação dos valores do montante do patrimônio seja tomá-lo atra-

vés de sua composição. Assim, uma das classificações possíveis dessa composição do patrimônio conforme a suposta finalidade dos bens, que foi posta em prática é a que segue: a) a primeira categoria é dos que declaram não possuir bens econômicos declaráveis, conforme as exigências do imposto de renda ou da justiça eleitoral. Nessa categoria estão incluídos 24,9% dos 63% com informações disponíveis das eleições de 1990 e 8,6% dos 97,3% com informações disponíveis das eleições de 1994; b) a segunda categoria é formada por aqueles cujos bens declarados consistem apenas em bens de consumo duráveis (casa de residência, casas ou sítios de lazer, automóveis de passeio, telefones residenciais, carros de passeio e depósitos bancários em contas correntes ou pequenas poupanças). Nessa categoria estão incluídos 18,7% dos candidatos das eleições de 1990 e 21,8% das de 1994, com informações disponíveis; c) a terceira categoria é formada pelos que dispõem (ou não, como ocorre em alguns casos) de bens de consumo duráveis da categoria anterior e também, um ou mais imóveis urbanos não utilizados para residência própria (cuja detecção foi feita pela coincidência ou não do endereço residencial declarado). Provavelmente, se trata de um patrimônio destinado a aluguel, herança, ou algo do gênero. Nessa categoria estão incluídos 30,6% dos candidatos de 1990 e 29,9% dos de 1994, com informações disponíveis; d) por fim, a categoria dos que, além dos bens supracitados, possuem investimentos empresariais (terras e empreendimentos e bens rurais, participação em empresas comerciais ou industriais e consultórios ou escritórios profissionais). Nessa categoria estão incluídos 25,7% dos candidatos das eleições de 1990 e 39,8% das de 1994.

Tomando-se os candidatos a deputado estadual e a deputado federal separadamente, para 1990, praticamente não se encontram maiores diferenças quanto à composição do patrimônio. Dentre os incluídos na primeira categoria, dos que declaram não possuir bens, encontram-se 24,4% dos candidatos a deputado estadual e 26,3% dos a deputado federal; dentre os que possuem apenas bens de consumo duráveis se incluem 19,3% dos primeiros e 16,8% dos segundos; as proporções das demais categorias praticamente se equivalem (30,7% e 31,4%, respectivamente, possuem imóveis urbanos não utilizados para residência própria e 25,6% dos candidatos a deputado estadual e 25,5% dos a deputado federal possuem também investimentos empresariais). Para os candidatos de 1994, há uma relativa diferença, sendo que 43,1

dos candidatos a deputado federal e 35,9% dos a deputado estadual possuem também investimentos empresariais. Por outro lado, 8,4% e 9,5%, respectivamente, declaram não possuir bens. Quanto às categorias restantes, 20,8% dos candidatos a deputado federal e 22,2% dos a deputado estadual possuem apenas bens de consumo duráveis e 27,7% e 32,4%, respectivamente, têm imóveis urbanos não utilizados para residência própria.

Evidentemente, trata-se de uma classificação que está muito longe de ser perfeita. Por exemplo, na quarta categoria estão incluídos todos os agricultores que possuem qualquer área de terra, bem como os profissionais que mantêm consultórios ou escritórios adquiridos com recursos próprios ou mesmo, os que não se caracterizam por ser empresários, mas mantêm algum tipo de investimento em determinada empresa, através, por exemplo, da compra de uma pequena quantidade de ações ou, ainda, a participação em pequenas empresas familiares. Do mesmo modo, aquilo que é classificado na terceira categoria como investimento imobiliário urbano pode conter uma grande diversidade de situações e significados distintos. Em todo caso, isso permite uma discriminação mínima dos candidatos quanto à composição do patrimônio econômico e as informações disponíveis permitem outras reclassificações, com um número maior de categorias, se for o caso.

Por fim, se procurou levantar também informações relativas a alguns indicadores de cunho mais político-eleitoral. O primeiro desses é a distribuição dos candidatos das eleições de 1990 e de 1994 nas siglas partidárias e o tempo das filiações formais aos respectivos partidos.

Nas eleições de 1990, das 14 concorrentes, a sigla partidária com maior número de candidatos foi o PDT, com 18,3% (do total de 99,1% com informações disponíveis), seguido pelo PMDB, com 15,8%, pelo PT, com 11,5%, pelo PTB, com 10,7%; pelo PFL, com 7%; pelo PSB, com 6,2%; pelo PSDB, com 5,8%; pelo PRN, com 5,8% e pelo PL, com 5,7%. Além dessas, há uma série de siglas com participações ínfimas, tais como: PRONA, com apenas um (0,1%) candidato; PCdoB, com apenas 4 (0,5%), PCB, com 3 (0,4%) e, por fim, PTdoB, com 8 (1,1%).

Em 1994, das 17 siglas partidárias concorrentes, suas participações quanto ao número de candidatos foram as que seguem: dos 98,8% com informações disponíveis, o PDT teve um total de 94 candidatos ou 14,9%; o mesmo para o PMDB (14,9%), seguido pelo PT, com

14,2%; PPR, com 14,1%, PTB, com 13,6%; bem abaixo: PSDB, com 6,3%, PRN, (4,6%), PFL, (4%), PNM, (3,3%), PP (2,3%), PSB (2,4%), PCdoB, com apenas 5 candidatos (0,8%), PPS, com 7 (1,1%), PV, com 2 (0,3%), PSTU, com 5 (0,8%), PRONA, com 9 (1,4%), PL, com 5 (0,8%) e, por fim, PSC, com apenas dois candidatos (0,3%). Como seria de se supor, quanto à filiação partidária, não ocorrem maiores diferenças entre os candidatos a deputado estadual e a deputado federal.

Quanto ao tempo de filiação partidária, parece obedecer a dois mecanismos, quais sejam: a exigência legal de um período mínimo de filiação antes da candidatura, que atinge principalmente as siglas mais recentes e os pré-candidatos estreatantes e, por outro lado, as mudanças na legislação e organização formal dos partidos. Talvez seja por isso que tanto para os candidatos das eleições de 1990 como para os de 1994, há uma tendência de concentração nos dois extremos, ou seja: de um a três anos de filiação e no extremo oposto, perto dos dez anos para os de 1990 e dos quatorze para os de 1994. Ou seja, uma boa parte das filiações ocorreu pouco tempo antes das eleições e outra no início da década de oitenta, quando das mudanças na legislação partidária. São poucos os que se situam na fase intermediária. Evidentemente, isso atinge as diferentes siglas partidárias de modo completamente distinto, sendo que, seguramente, as filiações do início dos anos oitenta consistem de militantes ou aderentes mais antigos, de siglas partidárias com vida também mais longa, que passaram por mudanças nominais, tais como o PMDB, o PDS e após PPR, o PDT. Como é demonstrado adiante, essa diferenciação quanto ao tempo de filiação mantém alguma relação até com indicadores como patrimônio econômico.

Em termos numéricos, para os candidatos de 1990, a distribuição dos 76,1% com informações disponíveis quanto aos anos de filiação partidária é a que segue: 19% com 10 anos de filiação; 17,3% com até um ano; 17,3% com dois anos; 13,4% com nove anos; 9,3% com cinco anos; 9% com três anos; 8,5% com quatro anos; 3,9% com oito anos; 1,4% (oito candidatos) com seis anos; e, por fim, seis candidatos (1,1%) com sete anos. Nenhum tem mais de dez anos de filiação partidária, até porque formalmente seria impossível.

Para os candidatos de 1994 os resultados são muito semelhantes, guardando-se os quatro anos de diferença. Ou seja, do total de 83,7% com informações disponíveis, 14,3% têm até um ano de filia-

ção; 12,8% quatorze anos; 12,5% dois anos; 9,2% treze anos; 9,1% três anos; 7,2% seis anos; 7% com quatro anos; 6,6% com sete anos; 5,8% com oito anos; 5,7% com cinco anos; apenas 2,1% (11 candidatos) com doze anos; 1,1% (seis candidatos) com onze anos e, por fim, cinco candidatos (1,1%) com dez anos.

Desse conjunto de candidatos, em 1990 (desprezando-se os 6,3% sem informações, que em geral se trata de candidaturas sem votação própria, como vice-governador e suplente de senador), 11,8% (ou 12,6% se tomados somente os 93,7% com informações disponíveis), ou 72 candidatos, foram eleitos. Para 1994 essa proporção de eleitos é de 11,4%. Tomando-se separadamente, 11,6% dos candidatos a deputado estadual e 14,2% dos a deputado federal se elegeram. Para 1994, essa proporção é de 14,2% e 13%, respectivamente. Evidentemente, não há uma coincidência direta entre ser classificado como eleito e o número dos que assumem, visto que entram em pauta outros fatores, como as possibilidades de suplentes assumirem, por razões diversas. Do mesmo modo, não há uma coincidência entre o número de votos obtidos e a classificação como eleito, devido ao quociente eleitoral, que faz com que o número mínimo de votos necessário seja um tanto variável para as diferentes siglas partidárias, além de depender do tipo de candidatura.

Em todo caso, tendo em vista que mantém relações com outros indicadores, como se tenta demonstrar no item seguinte, parece que vale a pena expor descritivamente os totais das votações por faixas ou intervalos. Como seria de se esperar, tanto para os candidatos das eleições de 1990 como para os de 1994, há uma grande concentração nas faixas de votação mais baixas, havendo uma diminuição diretamente proporcional de candidatos conforme se eleva o número de votos. Assim, para 1990, dos 99,2% com informações disponíveis, um total de 29,6% tiveram até cem votos; 13,5% de mil a dois mil; 6,5% de dois a três mil; 6,6% de três a quatro mil; 5,8% de quatro a cinco mil; 2,7% de cinco a seis mil; 3,2% de seis a sete mil; 4,5% de sete a oito mil; 2,2% de oito a nove mil; 3,5% de nove a dez mil e assim sucessivamente. Os restantes 21,9% se distribuem as faixas acima na mesma ordem, sendo que apenas 7 candidatos (0,9%) se situam na faixa de cinquenta a cem mil e onze candidatos (1,5%) obtiveram mais de duzentos mil votos.

Para 1994 os resultados são semelhantes, porém, menos concentrados na base ou faixas de menor votação. Do total de 91,6% com informações disponíveis, 16,2% estão na faixa de até mil votos; 6,7% de mil a dois mil; 6,2% de dois a três mil; 6,7% de três a quatro mil; 5,7% de quatro a cinco mil; 4% de cinco a seis; 5,9% de seis a sete; 3,3% de sete a oito; 3,8% de oito a nove; 2,4% de nove a dez mil votos. Do restante, 34,3% se situam nas faixas de dez a vinte mil votos, 1,7% (dez candidatos) na de vinte a cinquenta mil e apenas 3,1% (dezoito candidatos) nas faixas acima.

Como seria de se supor, a distribuição desses resultados eleitorais é relativamente diferente para cada tipo de candidatura. Assim, tanto para 1990 como para 1994, há uma maior concentração de candidatos a deputado federal nas faixas de votação superiores, se bem que não seja muito acentuada e nem linear. Por exemplo, para 1990, na faixa de votação mais baixa, de até cem votos, estão incluídos 27,3% dos candidatos a deputado estadual e 30,4% dos a deputado federal. Mas nas faixas imediatamente acima essa proporção se inverte, sendo que 83,9% dos candidatos a deputado estadual e 67% dos a deputado federal estão nas faixas de até dez mil votos. Para 1994 ocorre algo semelhante, porém mais linear, sendo que, por exemplo, 19% dos candidatos a deputado estadual e 12,2% dos a deputado federal estão incluídos na faixa mais baixa, de até cem votos. Do mesmo modo, as faixas de até dez mil votos incluem 66,3% dos primeiros, a deputado estadual e 55,6% dos a deputado federal. Nas faixas acima essa proporção se inverte, sendo que na faixa de dez a vinte mil votos se incluem 32,9% dos primeiros e 38,8% dos segundos, e nas acima dessa estão contemplados 5,6% dos candidatos a deputado federal e apenas 0,8% (três) dos candidatos a deputado estadual.

4. ALGUNS CRUZAMENTOS E INDICAÇÕES

Como mencionado, após a organização e descrição desses dados, tentou-se explorá-los através de testes estatísticos que visam a detecção do grau de sua homogeneidade ou heterogeneidade, ou seja, o interrelacionamento entre os principais indicadores disponíveis (análise fatorial de componentes principais, análise de correspondência, dentre outros). Como já se pressupunha, tomado o conjunto dos indicado-

res com informações disponíveis sociologicamente relevantes e aplicados os testes que visem à análise das correlações, os resultados não são os mais animadores. Esses resultados melhoram na medida em que são selecionadas para análise apenas aquelas variáveis com maiores relações entre si e se excluem as demais para outros tipos de testes. Assim, após utilizar testes para a análise das correlações de conjuntos de variáveis entre si, se lançou mão de outros, que visam ao exame das correlações de pares de variáveis. Esse é o caso da análise de correspondência e das tabelas cruzadas. Porém, apesar do maior detalhamento, nessa primeira aproximação, se optou por não expor muitos resultados detalhados de tabelas cruzadas, por tornar o texto de difícil leitura.

Começando com o conjunto dos indicadores para os candidatos de 1994: se se tomar todos os indicadores que parecem ter alguma importância sociológica e se aplicar um teste como o de análise fatorial de componentes principais, os resultados não são bons. O objetivo principal, no caso, portanto, é apenas a constatação de um relativamente baixo índice de correlação, se tomados todos os indicadores em conjunto. Assim, numa primeira aproximação, foram incluídas as seguintes variáveis para um teste de análise fatorial de componentes principais: número de votos obtidos, idade, local de nascimento e de residência por tamanho populacional do município, estado civil, titulação escolar, tipo de títulos escolares, profissão, tipo de candidatura, filiação partidária, composição dos bens, total do patrimônio em dólares e tipo de candidatura.

Dessas, as variáveis que mantém um maior índice de correlação (ou "comunalidade") entre si são as que seguem: número de votos obtidos, idade, titulação escolar, tipo de candidatura e composição dos bens, além de algumas outras em menor grau. Isso não significa, evidentemente, que não haja um certo nível de correlação no conjunto (que seria demasiadamente exaustiva sua exposição), mas sim que o grau atingido de "explicação" da variância indica que é necessário se proceder através de outros reagrupamentos, menos englobantes. Nessa primeira aproximação, tomadas todas essas variáveis em conjunto, por exemplo, o primeiro componente ou fator "explica" apenas 17,48% e o segundo 11,74% do total da variância, num total de 18 fatores necessários⁵. Em todo caso, nessa primeira aproximação, o eixo do primeiro fator (com 17,48% da variância "explicada") opõe, de um lado, principalmente o tipo de títulos escolares, a profissão e a filiação partidária ao

pólo ocupado pelo grau de escolarização ou titulação escolar, a composição dos bens, o total dos bens em dólares e, em menor grau, o número de votos, idade e tipos de candidaturas. O segundo fator (com 11,74% da variância "explicada") opõe o tipo de candidatura principalmente à idade, número de votos e o local de nascimento e de residência. Isso torna de difícil interpretação, ao contrário do primeiro, que opõe as classificações com base no tipo de título escolar, na profissão e nos partidos ao grau de escolarização, total e composição do patrimônio, local de nascimento e residência e tipo de candidatura, em síntese, divisões "profissionais" versus "econômicas".

Numa segunda aproximação, foram excluídas as variáveis de menor peso ou "comunalidade" (*communality*), mantendo-se as que seguem: número de votos, titulação escolar, tipo de títulos escolares, composição dos bens e idade. Nesse caso, os resultados da análise fatorial de componentes principais são bem mais consistentes. Porém, a variável idade demonstrou uma baixa correlação com as demais. Com sua exclusão, se chegou a 38,43% da variância "explicada" no primeiro e 25,63% no segundo componente, num total de 64,06% nesses dois primeiros⁶. Mesmo assim, nesse novo agrupamento as variáveis número de votos e, em menor grau, composição dos bens, não chegam a ter um peso muito considerável relativamente ao conjunto das demais. O peso maior fica por conta, portanto, da titulação escolar, do tipo de títulos escolares e do total dos bens em dólares. O primeiro componente (com 38,43% da variância "explicada") opõe nitidamente a titulação escolar ao tipo de títulos escolares. Ou seja, o grau de titulação é algo que atua de modo diferente dos títulos escolares específicos, o que já havia sido intuitivamente pressuposto, devido à grande importância de alguns desses títulos ou "profissões", tais como os de advogado, médico, etc. Por fim, o segundo componente (com 25,87% da variância "explicada") opõe o tipo de títulos escolares ao total e composição dos bens e o número de votos, ou seja, há uma indicação de que se trata de variáveis com efeitos próprios ou distintos, onde, novamente, fica nítida a importância particular do tipo de títulos escolares.

Aplicando-se esse tipo de teste para os candidatos tomados conforme o tipo de candidatura, como seria de se esperar, os resultados não mudam significativamente. Assim, por exemplo, para 1994, tomando apenas os candidatos a deputado federal, relativamente às variáveis local de nascimento por tamanho populacional do município, local de

residência também por tamanho populacional do município, grau de titulação escolar, tipo de títulos escolares, profissão, idade, votação, montante e composição do patrimônio, os resultados, quanto ao grau de correlação, também se situam entre o “mediocre” e o “médio” (conforme a escala mencionada acima). Nesse caso, o primeiro componente ou fator “explica” 28,24% e o segundo, 18,85% da variância, num total de 47,10% para esses dois primeiros fatores (com 0,61 na medida de adequação da amostra KMO). O eixo do primeiro fator opõe, por ordem, o tipo de títulos escolares, as classificações profissionais e, em menor grau, a idade, principalmente, ao grau de titulação escolar. Já o segundo fator, opõe, principalmente, o local de nascimento, o local de residência, a profissão e o grau de titulação escolar, à votação. Mas, excluindo-se a idade enquanto variável, o eixo do primeiro fator opõe o tipo de título escolar e as classificações profissionais, principalmente, ao montante do patrimônio, votação e à composição do patrimônio. Ou seja, novamente, de um lado, as categorizações de cunho mais “profissional” e escolar e de outro, as relativas ao patrimônio e a votação obtida. O eixo do segundo fator opõe, principalmente, o local de nascimento e de residência ao tipo de títulos escolares e, em menor grau, à composição do patrimônio.

Porém, ainda para 1994, tomando-se os candidatos a deputado estadual separadamente, os resultados finais são um tanto distintos. Nesse caso, o local de nascimento e o de residência passam a ter um peso maior. O grau de correlação entre o conjunto das variáveis continua sendo semelhante, mas o eixo do primeiro fator (26,18% da variância explicada) opõe principalmente o local de residência e o de nascimento à composição do patrimônio e, em menor grau, ao montante do patrimônio e à votação. Já o eixo do segundo fator (16,10% da variância explicada) opõe principalmente, o grau de titulação escolar às classificações profissionais e ao tipo de título escolar.

Para os candidatos de 1990, os resultados de testes como o de análise fatorial de componentes principais, ou outros do mesmo gênero, são semelhantes aos das eleições de 1994. Porém, como para 1990 os dados são menos completos, os resultados também são menos consistentes. Por exemplo, quanto à titulação escolar, para 1990 somente se dispõe de informações sistemáticas para os com curso superior completo e isso tem efeitos no conjunto dos resultados. Assim, tomando-se o conjunto de variáveis que podem ter relevância, esse tipo de teste

nem chega a ser viável, devido ao fato de que algumas estão com informações demasiado incompletas e, portanto, inconsistentes. Consequentemente, com a exclusão das variáveis com menor consistência, se tomou para um primeiro teste as que seguem: número de votos, idade, profissão, tipo de candidatura, filiação partidária, composição dos bens e total dos bens em dólares. Tomado esse conjunto de variáveis, os resultados são relativamente medíocres, mas têm o mérito de apontar para as correlações mais intensas, que posteriormente foram submetidas à análise de correspondência. Nessa análise fatorial de componentes principais o primeiro componente “explica” 28,88% da variância e o segundo 15,93%, num total de 41,80%⁷. Porém, talvez o resultado global mais interessante é que a estrutura resultante desses dois primeiros componentes é basicamente a mesma para os candidatos de 1994, com exceção do grau de escolarização, que teve que ser suprimido para 1990, por falta de consistência nas informações.

Assim, no pólo negativo do eixo do primeiro componente (com 25,87% da variância “explicada”) se situam as categorias profissionais, em oposição à composição e ao montante do patrimônio e, em menor grau, à idade, tipo de candidatura, número de votos e tempo de filiação partidária. Ou seja, se para 1994 o primeiro pólo é ocupado basicamente pela profissão e tipo de titulação escolar, para 1990 a diferença principal é a supressão da titulação escolar. No eixo do segundo componente, em seu pólo negativo se situam as filiações partidárias e o tipo de candidatura, em oposição ao tempo de filiação e ao número de votos. Novamente, esse segundo eixo se torna de difícil interpretação, através desse tipo de teste.

A exemplo de 1994, também para 1990 se aplicou um último teste, retendo apenas as variáveis com maior peso ou “comunalidade” ou grau de correlação entre si, quais sejam: número de votos, tempo de filiação, composição dos bens e total dos bens em dólares. Sinteticamente, os resultados são os que seguem: no primeiro pólo do eixo do primeiro componente (com 44,76% da variância “explicada”) se situam a composição e o total dos bens e no pólo contrário, nenhuma variável. O eixo do segundo componente (com 28,87% da variância “explicada”) é composto pelo número de votos e tempo de filiação partidária, também sem nenhuma variável no pólo oposto. Ou seja, na ausência da titulação escolar como variável, os dois principais conjuntos que se correlacionam são os relativos, em primeiro lugar, a variáveis

“econômicas” (composição e total dos bens) e, em segundo lugar, as de cunho político-eleitoral (número de votos e tempo de filiação).

A exemplo dos candidatos de 1994, para os de 1990, também, após um exame em conjunto, foram tomados separadamente os a deputado estadual e a deputado federal. Mas nesse caso não vale a pena a exposição desses resultados contemplando um número maior de variáveis, visto que são muito semelhantes aos obtidos para o conjunto dos candidatos. Além disso, embora haja um relativamente baixo grau de correlação entre conjuntos maiores de variáveis, o exame das matrizes de correspondência aponta no sentido de correlações relativamente altas para algumas das variáveis e respectivas categorias. Ou seja, na medida em que isso ocorre, o mais indicado são testes que examinem correlações entre categorias de variáveis tomadas aos pares.

Assim, feita essa primeira aproximação, como mencionado, os principais testes aplicados têm como objetivo a análise de correlações de pares de variáveis entre si, especialmente a análise de correspondência e tabelas de cruzamentos. Esse tipo de teste foi aplicado em praticamente todas as variáveis que podem ter alguma relevância. Porém, não vale a pena a exposição daquelas cujos resultados não são significativos.

Começando pelo total de votos e suas correlações com outros indicadores e, mais especificamente, com as classificações profissionais: tanto para os candidatos de 1990 como para os de 1994 tomados em conjunto, há um grau de correlação médio⁸. Para 1990, na análise de correspondência (inércia de 0,144, com 0,18% de variância “explicada” na primeira e 0,128 e 0,16%, respectivamente, na segunda dimensão), o eixo da primeira dimensão opõe a faixa de votação de oito a nove mil votos, seguida pelas de mais de quinhentos mil, de cinquenta a cem e de cinco a seis mil votos e no pólo oposto, por ordem decrescente: a faixa de dez a vinte mil e, em menor grau, de seis a sete e de até mil votos, dentre outras. Portanto, não há uma oposição linear conforme as faixas de votação, mas uma tendência geral das faixas de votação mais alta se posicionarem no primeiro pólo. A essa oposição correspondem, no primeiro pólo (das votações geralmente mais altas), por ordem: agropecuaristas/fazendeiros/produtores rurais, esportistas e técnicos em esportes profissionais, radialistas que são também empresários, profissionais liberais que são simultaneamente empresários (todos numericamente poucos significativos) e, em menor grau, administradores, advogados, médicos e outros profissionais liberais com titulação

universitária; no extremo do pólo oposto, professores universitários (numericamente pouco significativos), estudantes, os classificados como “outros”, autônomos, comerciantes/representantes comerciais/vendedores, empregados do comércio e prestação de serviços, empregados da indústria e, em menor grau, outras categorias. Por sua vez, a segunda dimensão opõe, principalmente, quanto às faixas de votação, no extremo negativo a de dez a vinte mil votos, seguida em menor grau por outras, como a de quatro a cinco mil e no extremo oposto, a faixa de seis a sete mil e em menor grau, de nove a dez e de cinquenta a cem mil, dentre outras. A essa oposição correspondem, no primeiro pólo, os profissionais liberais que também são empresários, agropecuaristas/fazendeiros/produtores rurais e em menor grau, empregados da indústria, militares não oficiais, dentre outros e no extremo do pólo oposto, os que são simultaneamente radialistas e empresários, os industriais, religiosos, médicos e outros profissionais liberais com titulação universitária, dentre outros em menor grau.

Para os candidatos de 1994, os resultados quanto às correlações entre as classificações profissionais e o número de votos são muito semelhantes, ainda que um pouco mais intensas (inércia de 0,177, com 0,18% de variância “explicada” na primeira e 0,110 e 0,11%, respectivamente, na segunda dimensão). Porém, nesse caso, no eixo da primeira dimensão há uma oposição quase linear entre as faixas de menor votação, de até três mil votos e em menor grau, de sete a nove mil, e todas as demais, especialmente às mais altas. A essa oposição correspondem, no primeiro pólo, das votações mais baixas, os estudantes, religiosos, empregados do comércio e prestação de serviços, autônomos, os que são simultaneamente professores e profissionais liberais e esportistas e técnicos em esportes profissionais, dentre outros em menor grau; no outro pólo, os que são simultaneamente profissionais liberais e empresários, administradores de empresas públicas ou privadas, industriais, advogados, médicos, jornalistas, agropecuaristas/fazendeiros/produtores rurais, dentre outros em menor grau.

Apenas para exemplificar numericamente com tabelas de cruzamento, mas tomando-se apenas as categorias eleitos e não eleitos, e não por faixas de votação (o que seria demasiadamente minucioso): em 1994, os eleitos representam 11,6% do total de candidatos e os estudantes representam 0,6% dos candidatos, sem nenhum eleito; os religiosos, com 1,1% do total, também sem nenhum eleito; os empregados do

comércio e prestação de serviços com 0,3% do total, dos quais apenas 4,3% estão entre os eleitos; os autônomos, com 2,1% do total e nenhum eleito. No outro extremo os administradores, com quatro candidatos dos quais três eleitos; industriais, também com quatro candidatos e três eleitos; advogados, com 107 candidatos, dos quais 19 (17,8%) eleitos, e por fim, médicos, com 34 candidatos e seis (8,3%) eleitos.

Porém, o mais importante a destacar é que, diferentemente de testes que incluem um número maior de variáveis (como a análise fatorial de componentes principais), ao se correlacionar pares de variáveis e respectivas categorias, como a análise de correspondência (normalização simétrica), a intensidade das correlações, em geral, se eleva muito quando se separam os candidatos por tipos de candidatura. Assim, no caso das relações entre classificações profissionais e o total de votos que, como mencionado, mantém um grau de correlação "médio", ao se tomar os candidatos a deputado federal de 1994, a inércia da primeira dimensão se eleva dos 0,177 para o conjunto dos candidatos dessas eleições, para 0,316 (com 0,16% da variância explicada na primeira e 0,283, com 0,31%, respectivamente, para a segunda dimensão). Nesse caso, o eixo da primeira dimensão opõe, principalmente, os administradores, empresários, esportistas e técnicos em esportes profissionais, microempresários, bancários, médicos, e em menor grau, advogados, profissionais liberais que também são empresários, industriais, altos funcionários públicos e outros profissionais liberais com titulação universitária; aos professores que também são profissionais liberais, religiosos, contadores, estudantes, autônomos, comerciantes/representantes comerciais/vendedores, empregados do comércio e prestação de serviços, empregados da indústria, radialistas e produtores de espetáculos e professores universitários, dentre outros em menor grau. A essa oposição correspondem, no primeiro pólo, as faixas de votação de vinte a cinquenta mil votos, de três a quatro mil e de oito a nove mil, dentre outras, que se opõem principalmente, às faixas de dois a três mil votos, de cinquenta a cem mil, de até mil, de sete a oito mil, de nove a dez mil e de mil a dois mil votos. Como podemos ver, apesar de haver uma correlação forte, essa não é linear, mas em todo caso, ao primeiro pólo correspondem faixas de votação em geral bastante mais elevadas. Já o eixo da segunda dimensão opõe principalmente os radialistas e produtores de espetáculos, microempresários, autônomos, funcionários públicos em geral e os jornalistas, dentre outros em menor grau, aos pro-

fessores que são também profissionais liberais, religiosos, médicos, administradores, microempresários e contadores, entre outros. Ao primeiro pólo correspondem principalmente as faixas de votação de oito a dez mil votos, de até mil, de oito a nove, de quatro a cinco e de cinco a seis mil votos, dentre outras, em oposição, principalmente, às faixas de dois a três mil, de vinte a cinquenta mil, de sete a oito, de seis a sete e de cinquenta a cem mil votos.

Ainda para 1994, se tomados os candidatos a deputado estadual, o grau de correlação entre as classificações profissionais e a votação também se eleva (para 0,226 na primeira dimensão, com 0,20% da variância explicada na primeira e 0,189 e 0,17%, respectivamente, para a segunda). Para expor apenas os casos extremos: o eixo da primeira dimensão opõe, por ordem, os altos funcionários públicos (juizes, promotores, delegados de polícia), radialistas que também são empresários, jornalistas, empresários e industriais, e outros em menor grau; aos religiosos, estudantes, esportistas e técnicos em esportes profissionais, empregados do comércio e prestação de serviços e professores universitários, dentre outros. Ao primeiro pólo correspondem, principalmente, as faixas de votação de cinquenta a cem mil votos, de nove a dez mil, de cem a duzentos mil, de oito a nove e de sete a oito mil votos, em oposição a todas as faixas de votação mais baixas, mas principalmente a de até mil votos. Portanto, a primeira constatação geral é que, para os candidatos a deputado estadual, as oposições das respectivas categorias profissionais não são as mesmas, comparativamente ao conjunto ou, então, aos candidatos a deputado federal. Em segundo lugar, mesmo assim e apesar da correlação não ser linear há uma evidente relação entre posições sociais que essas categorias indicam e a votação obtida.

Para as eleições de 1990, ao se tomar os candidatos separadamente, também as relações entre classificações profissionais e a votação se intensificam. Assim, tomando-se apenas os candidatos a deputado federal, a inércia da primeira dimensão se eleva dos 0,144 (do conjunto dos candidatos) para 0,369 (com 0,24% da variância explicada e 0,256 e 0,16%, respectivamente, para a segunda dimensão). Para restringir apenas aos casos extremos: na primeira dimensão se opõem, por ordem, os administradores (de empresas públicas ou privadas), radialistas que também são empresários, radialistas e produtores de espetáculos, advogados, outros profissionais liberais com titulação universitária e os professores universitários que também são profissionais liberais. Ao pri-

meio pólo correspondem as faixas de votação mais altas, com exceção de duas: a que representa o topo, de cem a duzentos mil votos e a de sete a oito mil votos e no pólo oposto, além dessas, as da base, de quatro a cinco mil e as de até dois mil votos. Por sua vez, o eixo da segunda dimensão opõe, principalmente, os administradores, militares oficiais e os classificados como "outros", dentre outros em menor grau, principalmente aos professores universitários que também são profissionais liberais, agropecuarista/fazendeiros/produtores rurais, altos funcionários públicos, profissionais liberais que também são empresários, e empresários, dentre outros em menor grau. Aos primeiros correspondem todas as faixas de votação, com exceção da faixa de vinte a cinquenta mil votos, portanto, relativa aos segundos.

Por alguma razão não clara, o grau de correlação entre as classificações profissionais e a votação diminui para os candidatos a deputado estadual, comparativamente aos a deputado federal. Isso ocorre tanto para os de 1994 como para os de 1990. Nesse último caso, os candidatos a deputado estadual de 1990, embora se eleve um pouco relativamente ao conjunto, ao se tomá-los separadamente, essa elevação não chega a ser significativa (inércia de 0,164, com 0,20% da variância explicada na primeira e 0,151 e 0,18%, respectivamente, na segunda dimensão). Os resultados, em geral, não são muito diferentes dos obtidos para os candidatos a deputado estadual de 1994, mas, em todo caso, tendo em vista algumas particularidades, vale a pena expor as posições extremas. Nesse caso, o eixo da primeira dimensão opõe, principalmente, os agropecuaristas/fazendeiros/produtores rurais (com apenas 0,007% da "massa" ou participação quantitativa), esportistas e técnicos em esportes profissionais, radialistas que também são empresários, advogados, altos funcionários públicos, principalmente, aos industriais, aos classificados como "outros", empresários, autônomos, estudantes e comerciantes/representantes comerciais/vendedores. Ao primeiro pólo correspondem as faixas de votação muito díspares, principalmente a de oito a nove mil votos, de sete a oito mil, de vinte a cinquenta mil e todas as mais baixas, com exceção da última, de até mil votos; no pólo oposto, além dessa, a de nove a dez mil, de seis a sete e de cinquenta a cem mil votos. Portanto, nesse caso não há nada de linear.

Contudo, mais que classificações profissionais *versus* votação, as correlações mais intensas ocorrem entre essa votação e o montante do patrimônio, mesmo tomando os candidatos em seu conjunto. Para os

candidatos de 1990 a inércia da primeira dimensão chega a 0,340, com 0,37% da variância explicada (e 0,147 e 0,16%, respectivamente, para a segunda). O eixo da primeira dimensão opõe particularmente a faixa de novecentos a mil dólares e, em menor grau, a de cinquenta a cem mil (a mais elevada) e de oitocentos a novecentos dólares, a todas as demais. Ou seja, há uma oposição entre as faixas mais baixas e as mais altas, embora não seja linear. A essa oposição correspondem, no primeiro pólo, a faixa de votação mais alta, de mais de um milhão e quinhentos mil votos e a mais baixa, de até mil votos, em oposição a todas as demais. O eixo da segunda dimensão opõe as faixas de patrimônio mais baixas, de até duzentos dólares e a de setecentos a novecentos dólares, a todas as demais. No primeiro pólo se situam os dois extremos quanto às faixas de votação, ou seja, todas as faixas até seis mil votos e as de mais de dez mil votos, que se opõem às faixas intermediárias.

Mas, também nesse caso, das relações entre o montante do patrimônio e a votação, para os candidatos a deputado estadual a correlação é muito menos intensa, comparativamente aos a deputado federal. Assim, para 1990, ao se tomar em separado os candidatos desses dois tipos de candidatura, para os candidatos a deputado federal a inércia da primeira dimensão se eleva dos mencionados 0,147 obtidos para o conjunto dos candidatos para 0,642 (com 0,35% da variância explicada e 0,340 e 0,18%, respectivamente, para a segunda dimensão). Enquanto isso, para os candidatos a deputado estadual chega a decrescer um pouco (inércia de 0,137 com 0,28% da variância explicada na primeira e 0,131 e 0,27%, respectivamente, para a segunda dimensão). Nesse caso, dos candidatos a deputado estadual, o eixo da primeira dimensão opõe as faixas de patrimônio mais altas, de mais de setecentos dólares e, em segundo lugar, as mais baixas, de até trezentos dólares e a de quatrocentos a quinhentos dólares, às faixas intermediárias, de trezentos a quatrocentos e de quinhentos a setecentos dólares. A essas faixas intermediárias do segundo pólo correspondem as faixas de votação mais altas, acima de oito mil votos e, em segundo lugar, a faixa de seis a sete mil votos.

Mas, quanto aos candidatos a deputado federal de 1990, ainda no que se refere às relações entre o montante do patrimônio e a votação, apesar da mencionada correlação muito elevada, não tem nada de linear. O eixo da primeira dimensão (inércia de 0,642, com 0,35% a variância explicada) opõe as faixas de patrimônio de trezentos a quatro-

centos dólares (das mais baixas) e a de dez a vinte mil (das mais elevadas) a todas as demais. A essa oposição correspondem, no primeiro pólo, as faixas de votação de oito a nove mil votos, de quatro a cinco mil e de mil a dois mil votos e no pólo oposto, todas as demais. Já no eixo da segunda dimensão (inércia de 0,340, com 0,18% da variância explicada) se situam todas as faixas de patrimônio com exceção das mais baixas, de até duzentos dólares e a de trezentos a quatrocentos dólares. A essa oposição correspondem, no primeiro pólo, as faixas de votação de cinquenta a cem mil votos (das mais altas), de dez a cinquenta, de oito a nove e de dois a três mil votos, em oposição a todas as demais, onde se incluem a mais alta, várias intermediárias e as mais baixas.

Novamente, para as eleições de 1994, os resultados são muito semelhantes (inércia de 0,136 com 0,17% de variância "explicada" na primeira e 0,121 e 0,24%, respectivamente, na segunda dimensão). O eixo da primeira dimensão opõe a faixa de vinte a cinquenta mil dólares e a mais alta (de mais de cem mil dólares), além da mais baixa (até cem dólares) a todas as demais. A essa oposição correspondem, no primeiro pólo, todas as faixas de votação mais baixas, de até oito mil votos e, em menor grau, algumas faixas intermediárias, de cinquenta a duzentos mil votos, e no pólo oposto, todas as demais. O eixo da segunda dimensão parece que reforça isso: no primeiro pólo se situa a faixa de patrimônio mais baixa, de até cem dólares, que se opõe a todas as demais e a essa oposição correspondem, no primeiro pólo, todas as faixas de votação de menos de sete mil votos e, em menor grau, algumas faixas intermediárias e no extremo oposto, principalmente as faixas de sete a oito mil, de trinta a cinquenta mil, de vinte a trinta mil e a de mais de um milhão de votos.

Para 1994, no exame das relações entre o montante do patrimônio e a votação, tomando-se por tipo de candidatura, os resultados são mais ou menos semelhantes aos de 1990. Nesse caso também, como mencionado, o grau de correlação se eleva muito para os candidatos a deputado federal, mas para os candidatos a deputado estadual se mantém no mesmo patamar do conjunto. Nesse caso, dos candidatos a deputado estadual, o eixo da primeira dimensão (inércia de 0,133 com 33% da variância explicada) opõe a menor faixa de patrimônio, de até cem dólares e a de mil a dez mil dólares, a todas as demais, principalmente à mais elevada (mais de cem mil dólares) e à maior parte das

faixas intermediárias (trezentos a oitocentos dólares). Ao primeiro pólo correspondem todas as faixas de votação mais baixas (até sete mil votos) e, em segundo lugar, as mais elevadas (mais de cinquenta mil votos), em oposição às faixas intermediárias (sete a vinte mil votos). Para os candidatos a deputado federal de 1994, o eixo da primeira dimensão (inércia de 0,296 com 0,34% da variância explicada) opõe as faixas de patrimônio de vinte a cinquenta mil dólares, a de seiscentos a setecentos e a mais baixa, de até cem dólares, a todas as demais, mas principalmente às mais altas. A essa oposição correspondem, no primeiro pólo, todas as faixas de votação mais baixas, até dez mil votos, com exceção da de quatro a cinco mil votos, que se opõem a todas as demais e, portanto, principalmente às mais elevadas. Já o eixo da segunda dimensão (inércia de 0,211 com 0,24% da variância explicada) opõe todas as demais faixas de patrimônio às mais baixas, de até duzentos dólares e a de seiscentos a setecentos dólares. Ao primeiro pólo correspondem as faixas de votação de seis a sete mil votos, de dez a cinquenta mil e de quatro a cinco mil, em oposição às demais, principalmente às mais baixas.

Como seria de se esperar, essa correlação ocorre também entre a votação e a composição do patrimônio, aliás, de modo mais nítido. Para os candidatos de 1990 (inércia de 0,189 com 0,72% de variância "explicada" na primeira e 0,054 e 0,20%, respectivamente, na segunda dimensão), o eixo da primeira dimensão opõe as faixas de votação mais baixas, particularmente a de menos de mil votos e, em menor grau, as de mil a dois mil, de quatro a cinco mil e uma das mais altas, de um milhão a um milhão e quinhentos mil (quantitativamente com muito pouco peso) e no pólo oposto, todas as demais faixas, particularmente a mais alta, de mais de um milhão e quinhentos mil votos, de duzentos a trezentos mil e de cinquenta a cem mil votos. A essa oposição correspondem, no primeiro pólo, os que declaram não possuir bens e, em menor grau, os que possuem apenas bens de consumo duráveis e, no pólo oposto, em primeiro lugar os que possuem investimentos empresariais e em menor grau, os que possuem investimentos em imóveis urbanos não utilizados para residência própria. O eixo da segunda dimensão opõe as faixas intermediárias de votação aos dois extremos, além da faixa de cinquenta a cem mil votos, a todas as demais e nessa oposição, no primeiro pólo se situam os que declaram não possuir bens e os que possuem investimentos empresariais, e no outro extremo, os que

possuem apenas bens de consumo duráveis e, em menor grau, os que possuem investimentos imobiliários urbanos.

Tomando-se separadamente os candidatos a deputado federal de 1990, nessa relação entre a votação e a composição do patrimônio, a inércia da primeira dimensão se eleva para 0,271 (com 0,64% da variância explicada na primeira e 0,136 e 0,32%, respectivamente, para a segunda dimensão). Nesse caso, também, o eixo da primeira dimensão opõe os que declaram não possuir bens e, em menor grau (quase nulo), os que possuem imóveis urbanos não utilizados para residência própria, principalmente aos que possuem investimentos empresariais e, em menor grau (também praticamente nulo), aos que possuem apenas bens de consumo duráveis. Aos primeiros correspondem principalmente as faixas de votação mais baixas e, em menor grau, algumas intermediárias (três a quatro mil, nove a dez mil e, num grau quase nulo, de dez a vinte mil votos). Para os candidatos a deputado estadual de 1990, também, o eixo da primeira dimensão (inércia de 0,182 e 0,78% da variância explicada) opõe os que declaram não possuir bens e todas as demais categorias, principalmente aos que possuem investimentos empresariais. Ao primeiro pólo corresponde a faixa de votação mais baixa, de até mil votos e no pólo oposto, todas as demais faixas, mas de modo mais intenso as mais elevadas.

Para 1994, também, os resultados são muito semelhantes (0,177 de inércia, com 0,73% de variância "explicada" na primeira e 0,035 e 0,14%, respectivamente, na segunda dimensão). O eixo da primeira dimensão opõe as faixas de votação mais baixas, especialmente a até mil votos e, em menor grau, de dois a quatro, além da de vinte a trinta e a mais alta, a todas as demais, especialmente as de trezentos a quinhentos mil, de um milhão a um milhão e quinhentos mil, de quinhentos mil a um milhão e de cem a duzentos mil votos. No primeiro pólo a essa oposição corresponde, em primeiro lugar, os que declaram não possuir bens, e em muito menor grau (0,074 de contribuição para o fator, portanto quase nulo), os que possuem imóveis urbanos não utilizados para residência própria e, no pólo oposto, os que possuem investimentos empresariais e, em menor grau, os que possuem apenas bens de consumo duráveis (também com apenas 0,042 de contribuição para o fator, quase nulo). Desse modo, a oposição básica se dá entre os que declaram não possuir bens e os que possuem investimentos empresariais.

Por sua vez, os resultados quanto a esse ponto, para os candidatos a deputado federal de 1994 são praticamente idênticos aos obtidos para os de 1990, embora com um menor grau de correlação. O eixo da primeira dimensão (inércia de 0,168 com 0,54% da variância explicada) também opõe os que declaram não possuir bens e, em menor grau, os que possuem imóveis urbanos não utilizados para residência própria, principalmente aos que possuem investimentos empresariais e, de modo muito tênue, aos que possuem apenas bens de consumo duráveis. Aos primeiros corresponde a faixa de votação mais baixa, de até mil votos e, em muito menor grau, algumas outras (de mil a dois mil, de três a quatro mil e de nove a dez mil votos). Para os candidatos a deputado estadual de 1994, também, os resultados são praticamente idênticos aos de 1990. Nesse caso, também, o eixo da primeira dimensão (inércia de 0,186, com 0,71% da variância explicada) opõe os que declaram não possuir bens e, em menor grau, os que possuem apenas bens de consumo duráveis, principalmente aos que possuem investimentos empresariais e, em grau quase nulo, aos que possuem imóveis urbanos não utilizados para residência própria. Aos primeiros corresponde a faixa de votação mais baixa, de até mil votos e, em menor grau, de dois a três mil votos. Portanto, nesse caso, a correlação é quase linear.

Apenas para exemplificar numericamente e, para tanto, tomando somente os eleitos e não eleitos sem discriminar por faixas de votação. Em 1994, tomando-se o conjunto dos candidatos, dos que declaram não possuir bens, 8,6% do total dos candidatos, 3,8% foram eleitos; dos que possuem bens de consumo duráveis, 21,8% do total, 7,5% foram eleitos; dos que possuem investimentos imobiliários urbanos não utilizados para residência própria, 29,9% do total, 12,5% foram eleitos; por, fim, dos que possuem investimentos empresariais, 39,8% do total, 13,9% foram eleitos.

Ainda quanto ao total da votação, cabe uma menção às suas relações com o grau de titulação escolar. Mas nesse caso, para 1994 o índice de correlação não é muito considerável e, para 1990, os dados disponíveis abarcam tão somente os com titulação universitária. Para 1994, por exemplo, a inércia própria da primeira dimensão chega a apenas 0,078 com 0,47% da variância "explicada" e segunda, com 0,03 e 0,47%, respectivamente. Como seria de se esperar, há uma certa correspondência entre o grau de escolarização e as faixas de votação, em-

bora seja um tanto frágil e não linear. Nesse caso, mesmo se tomando os candidatos a deputado estadual e a deputado federal separadamente, o grau de correlação se eleva muito pouco. Certamente, isso pode ser atribuído, pelo menos em parte, à forte proporção de candidatos com curso superior.

Já o mesmo não ocorre na relação entre a votação e o tipo de títulos escolares, onde estão incluídos praticamente só os com escolarização universitária. Nesse caso a correlação é relativamente alta (para 1990, a inércia da primeira dimensão chega a 0,215, com 0,19% da variância explicada e da segunda, 0,154 e 0,14%, respectivamente). O eixo da primeira dimensão, para 1990, opõe as faixas de votação de cinquenta a cem mil votos, de um a dois mil e de quatro a cinco mil, às demais. A essa oposição correspondem, no primeiro pólo, principalmente jornalistas, sociólogos, arquitetos, dentistas, dentre outros em menor grau e no extremo do outro pólo, biólogos, veterinários, engenheiros mecânicos, engenheiros em geral e contadores. Ou seja, apesar de haver uma relativa correspondência entre determinados títulos escolares e faixas de votação, essa não tem nada de linear. Para 1994, os resultados são muito semelhantes quanto ao grau de correlação, embora muitas categorias ou títulos escolares mudem de posição. Em todo caso, sua exposição não valeria a pena.

Tomados os candidatos separadamente por cargos visados, essa correlação entre tipos de títulos escolares e votação se eleva muito. Assim, para os candidatos a deputado federal de 1994, a inércia da primeira dimensão chega a 0,328 (com 0,23% da variância explicada e 0,239 e 0,16%, respectivamente, para a segunda dimensão). O eixo da primeira dimensão opõe, principalmente, os arquitetos, veterinários, dentistas e economistas, aos administradores de empresas, engenheiros de segurança, sociólogos, jornalistas, médicos, contabilistas e advogados, entre outros. Aos primeiros correspondem as faixas de votação de quatro a cinco mil votos, de cinquenta a cem mil, de cinco a seis mil e de oito a nove mil votos, em oposição às faixas mais baixas e as demais faixas intermediárias. Na segunda dimensão se opõem principalmente os contabilistas, sociólogos, jornalistas, engenheiros civis, engenheiros de segurança e os sem curso superior, aos administradores de empresas, advogados, veterinários e geólogos, entre outros. Aos primeiros correspondem principalmente as faixas de votação mais altas e uma das mais baixas, de mil a dois mil votos. Portanto, apesar de intensas, essas corre-

lações não têm nada de linear. Já para os candidatos a deputado estadual de 1994, também, por alguma razão não clara, essa correlação entre o tipo de títulos escolares e a votação é bem mais frágil (inércia de 0,110 na primeira e 0,108 na segunda dimensão), cujos resultados nem mereçam ser expostos.

Porém, para 1990, essa correlação é muito alta, tanto para os candidatos a deputado federal como para os a deputado estadual, mas são apenas algumas categorias que se relacionam mais intensamente entre si. Assim, para os candidatos a deputado federal, o eixo da primeira dimensão (0,500 de inércia, com 0,21% da variância explicada) opõe apenas os técnicos contábeis e os engenheiros aos arquitetos. Aos primeiros corresponde a faixa de votação de mil a dois mil votos e aos segundos, a de nove a dez mil votos. Já na segunda dimensão (inércia de 0,499 com 0,21% da variância explicada) se opõem, principalmente os engenheiros civis, médicos, engenheiros agrônomos, jornalistas, dentre outros em menor grau, aos técnicos contábeis, arquitetos e engenheiros (sem maiores especificações). Aos primeiros correspondem principalmente as faixas de votação de dois a três mil, de seis a sete mil, de dez a vinte mil, de até mil votos e, em menor grau, todas as mais altas, em oposição às faixas de mil a dois mil e a de nove a dez mil votos. Para os candidatos a deputado estadual, também, o eixo da primeira dimensão (inércia de 0,560, com 0,39% da variância explicada) opõe apenas os jornalistas, sociólogos (ambos quantitativamente pouco significativos) e todas as demais categorias. Aos primeiros correspondem as faixas de votação mais altas, de mais de cinquenta mil votos e a de nove a dez mil votos, que se opõem principalmente às faixas mais baixas.

Por fim, quanto à votação e suas relações com outros indicadores, tais como estado civil, local de nascimento e de residência, idade, etc., as correlações não chegam a ser muito relevantes. Portanto, não caberia sua exposição, pelo menos quanto aos resultados de testes como a análise de correspondência.

Entrando agora nas filiações partidárias dos candidatos, relativamente a outros indicadores, há uma correlação maior do que se esperava em boa parte dos casos. Há, inicialmente, uma primeira relação que, por demasiado óbvia, somente cabe ser exposta a título de ilustração. Trata-se da relação entre as filiações partidárias e a votação dos candidatos. Assim, por exemplo, tomando-se o conjunto dos candidatos, para 1990 (inércia de 0,247, com 0,48% de variância "explicada" na primei-

ra e 0,82 e 0,16%, respectivamente, na segunda dimensão), o eixo da primeira dimensão opõe os partidos cujos candidatos têm uma maior votação, particularmente o PMDB, PDS e PDT a todos os demais, especialmente o PSD, PTdoB, PL, PRN, PCdoB e PRONA. A essa oposição correspondem, no primeiro pólo, particularmente as faixas de votação entre dez e duzentos mil votos, de mais de um milhão de votos (que, evidentemente, se deve ao tipo de candidatura) e, em menor grau, as faixas intermediárias e no extremo do pólo oposto, as faixas de votação mais baixas, de até quatro mil votos e, em menor grau, algumas das mais altas, entre duzentos e quinhentos mil votos (novamente, devido ao tipo de candidatura).

Já quanto à relação entre filiação partidária e grau de escolarização, a correlação não é intensa e, devido à precariedade dos dados de 1990 quanto a esse ponto, somente podem ser apresentados os resultados para 1994 (inércia de 0,096 com 39% da variância "explicada" na primeira e 0,071 e 0,28%, respectivamente, na segunda dimensão). Em todo caso, o eixo da primeira dimensão opõe principalmente os candidatos do PCB, PSB, PCdoB, PPR, PDT e do PRONA a todos os demais, particularmente ao PP, PMN, PV, PSTU, PP e PFL, dentre outros em menor grau. A essa oposição correspondem, no primeiro pólo, o curso superior completo e no outro, particularmente o primeiro grau incompleto ou completo e, em menor grau, o segundo grau completo ou incompleto e o curso superior incompleto.

Mas nesse caso da relação entre o grau de titulação escolar e a filiação partidária também, há uma relativamente maior intensidade das correlações se tomados separadamente os candidatos a deputado estadual e a deputado federal. Assim, para os candidatos a deputado federal de 1994 a inércia da primeira dimensão se eleva para 0,155 (com 0,32% da variância explicada e 0,141 e 0,29%, respectivamente, para a segunda dimensão). Mas como seria de se esperar, a estrutura da distribuição se mantém basicamente a mesma, ou seja: no eixo da primeira dimensão se opõem os que têm até o 2º grau completo aos com curso superior, incompleto ou completo. Aos primeiros correspondem, principalmente, o PP, PMN, PL, PFL, e em menor grau, o PT, que se opõem ao PSTU, PV, PPR, PSC, PCdoB e PPS. Por sua vez, para os candidatos a deputado estadual, essa correlação não é muito significativa (inércia de 0,113 com 0,30% da variância explicada na primeira dimensão). Como os resultados, em termos gerais, são semelhantes aos

obtidos para os candidatos a deputado federal, sua exposição não se justifica.

Por sua vez, essa relação entre o grau de titulação escolar e a filiação partidária se eleva ainda mais para os candidatos a deputado federal de 1990, e a inércia da primeira dimensão chega aos 0,324 (com 0,65% da variância explicada e 0,187 e 0,36%, respectivamente, para a segunda dimensão). Mas como para esses as informações mais completas contemplam apenas os com curso superior, a estrutura da distribuição se mantém basicamente a mesma, mas o peso quantitativo dos demais graus escolares é pouco significativo. De qualquer modo, nesse caso também, no eixo da primeira dimensão se opõem os que têm apenas o 2º grau completo (para as demais classificações escolares mais baixas não se dispõem de informações suficientes) aos que possuem curso superior, incompleto ou completo. No primeiro pólo está incluído o PSB, que se opõe a todos os demais partidos, principalmente ao PT. Já o eixo da segunda dimensão opõe os com curso superior completo a todas as demais categorias, principalmente aos com curso superior incompleto. Aos primeiros correspondem apenas o PT e, em menor grau (quase neutro), o PSB, em oposição a todos os demais. Para os candidatos a deputado estadual de 1990, essa correlação é frágil (0,113 de inércia, com 0,58% da variância explicada na primeira dimensão) e como as informações relativas aos graus não pré-universitários são muito precárias, não vale a pena expor os resultados, inclusive, porque são muito semelhantes aos dos candidatos a deputado federal.

Já a correlação entre a filiação partidária e o tipo de títulos escolares é muito forte, tanto para os candidatos de 1990 como para os de 1994. Para os de 1990 (inércia de 0,173, com 0,22% da variância explicada na primeira e 0,224 com 0,18%, respectivamente, para a segunda dimensão), o eixo da primeira dimensão opõe, em seu primeiro pólo, particularmente o PRN e o PFL e, em menor grau, o PCB e o PDT, especialmente ao PCdoB, PT e PSB e, em menor grau, o PDS, PL e PTB. A essa oposição correspondem, no primeiro pólo, particularmente os engenheiros mecânicos, farmacêuticos, administradores de empresas, analistas de sistemas, assistentes sociais, engenheiros civis e, em menor grau, geólogos, médicos e advogados e no pólo oposto, especialmente os estudantes de direito, técnicos agrícolas, engenheiros (sem especificação), técnicos contábeis, arquitetos, agrônomos, economistas, sociólogos, jornalista/advogado/bioquímico, técnicos em adminis-

tração, contadores, e em menor grau, veterinários, biólogos e engenheiros eletrônicos. A segunda dimensão opõe, em seu primeiro pólo, o PT e, em menor grau, o PL, PTB, o PFL e o PSB, particularmente ao PCdoB e ao PDS e, em menor grau, ao PMDB. No primeiro pólo se situam especialmente os estudantes de direito, sociólogos, engenheiros, arquitetos e, em menor grau, dentistas, técnicos contábeis, veterinários, administradores de empresas, assistentes sociais e agrônomos, que se opõem particularmente aos contadores, técnicos em administração, economistas, jornalista/advogado/bioquímico e, em menor grau, engenheiros civis.

Tomados separadamente os candidatos a deputado federal de 1990, quanto à relação entre filiação partidária e tipos de títulos escolares, a inércia da primeira dimensão se eleva dos 0,173 obtidos para o conjunto dos candidatos dessas eleições para 0,561 (com 0,21% da variância explicada e 0,543 e 0,20%, respectivamente, para a segunda). Na primeira dimensão se opõem, principalmente, os estudantes de direito, arquitetos, farmacêuticos, engenheiros agrônomos e advogados, aos economistas, engenheiros e jornalistas/bioquímicos (com muito pouco peso quantitativo). Aos primeiros correspondem o PT, PCB, PRN, PSDB e PTB, dentre outros em menor grau e, no pólo oposto, o PCdoB, PDS e PL. Já na segunda dimensão se opõem os arquitetos, estudantes de direito, dentistas, jornalistas, dentre outros, principalmente aos engenheiros e economistas. Aos primeiros correspondem principalmente o PL e o PSB, em oposição ao PCdoB e ao PDS. Para os candidatos a deputado federal desse ano, os resultados também são um tanto diversos. O eixo da primeira dimensão (0,318 de inércia, com 0,26% da variância explicada e 0,218 e 0,18%, respectivamente, na segunda dimensão) opõe os engenheiros mecânicos (pouco significativos em termos quantitativos), analistas de sistema, administradores de empresas e engenheiros civis, aos engenheiros (sem especificação), técnicos agrícolas, arquitetos e engenheiros agrônomos, dentre outros em menor grau. Aos primeiros correspondem, principalmente, o PRN e o PFL, em oposição ao PT, PSB e, em menor grau, PDT e PMDB. Na segunda dimensão se opõem os técnicos agrícolas, engenheiros, sociólogos, analistas de sistema e administradores de empresas, aos jornalistas, técnicos em administração, contadores e economistas, dentre outros em menor grau. Aos primeiros correspondem o PT e o PFL, em oposição, principalmente, ao PMDB, PL e PDS.

Para os candidatos de 1994 essa correlação é ainda mais alta e, inclusive, para obter um resultado mais consistente, foi necessário suprimir o único historiador, do PCB. Com essa exclusão, o eixo da primeira dimensão (inércia de 0,600, com 0,32% da variância explicada na primeira e 0,292 e 0,15%, respectivamente, na segunda dimensão) opõe, em seu primeiro pólo, o PL e, em menor grau, o PT e o PSDB, a todos os demais partidos. A essa oposição correspondem, no primeiro pólo, os engenheiros de segurança e os veterinários (ambos com um reduzido peso quantitativo) e no pólo contrário, todos os demais títulos. Já o eixo da segunda dimensão opõe, em seu primeiro pólo, o PV, PRONA, PT, PMN, PSB, PTB e PDT, dentre outros em menor grau, principalmente, ao PDS, PRN, PFL e PL. Ao primeiro pólo correspondem principalmente os arquitetos, psicólogos, jornalistas, sociólogos, engenheiros (sem maiores especificações), contabilistas, médicos, agrônomos, professores, dentistas, dentre outros em menor grau e no pólo oposto, especialmente farmacêuticos, economistas, engenheiros de segurança e engenheiros civis.

Novamente, para os candidatos a deputado federal de 1994 tomados separadamente, quanto a filiação partidária e tipos de títulos escolares, a inércia da primeira dimensão se eleva, chegando a 0,510 (com 0,25% da variância explicada e 0,298 e 0,14%, respectivamente, para a segunda). Para expor apenas os extremos: o eixo da primeira dimensão opõe os engenheiros de segurança (com pouco peso quantitativo) e os sem curso superior a todos os demais títulos escolares, principalmente aos professores, advogados, engenheiros civis, veterinários, administradores de empresas, dentistas e jornalistas, dentre outros. Aos primeiros correspondem o PL, PP, e o PMN, que se opõem, principalmente, ao PCdoB, PPS, PSC, PV, PSTU, PPR, PRONA, PDT, PSDB e PSB, dentre outros em menor grau. Por sua vez, a segunda dimensão opõe, principalmente, os professores, engenheiros, administradores de empresa e contabilistas, dentre outros, aos jornalistas, geólogos (com pouco peso quantitativo), economistas e médicos, dentre outros. Aos primeiros correspondem, principalmente, o PPR, PV, PSTU, PDT e PSB, em oposição ao PPS, PCdoB, PSDB, dentre outros em menor grau. Para os candidatos a deputado estadual também, essa correlação é muito alta (1,000 de inércia, com 0,42% da variância explicada na primeira e 0,503 e 0,21%, respectivamente, para a segunda dimensão). Porém, devido à particularidade de algumas categorias, essas acabam se

destacando nos resultados. Assim, o eixo da primeira dimensão opõe os historiadores (com peso quantitativo desprezível) a todos os demais títulos e a esse primeiro pólo (dos historiadores) corresponde o PCB, em oposição a todos os demais partidos.

Quanto à correlação entre as filiações partidárias e a composição do patrimônio econômico, é relativamente alta. Para 1990 (inércia de 0,243, com 0,88% de variância "explicada" na primeira e 0,025 e 0,09%, respectivamente, para a segunda dimensão), o eixo da primeira dimensão opõe o PC, PCdoB, PRONA, PSB, PT, PTdoB e, em menor grau, o PL, PTB e PFL, particularmente, ao PDS, PMDB e PSDB. Ou seja, uma oposição quase linear entre os partidos considerados de "esquerda" ou, então, os partidos pequenos e recentes e, por outro lado, os tidos como mais consolidados ou "tradicionais", além do PSDB (cujos candidatos, em sua maior parte são oriundos daqueles). A essa oposição correspondem, no primeiro pólo, os que declaram não possuir bens e, em menor grau, os que possuem apenas bens de consumo duráveis, em oposição aos que possuem também investimentos imobiliários urbanos e/ou investimentos empresariais.

Tomada por tipo de candidatura, a correlação entre filiação partidária e composição do patrimônio se eleva, mas a estrutura básica se mantém a mesma. Assim, para os candidatos a deputado federal de 1990, a inércia da primeira dimensão chega a 0,326 (com 0,69% da variância explicada e 0,116 e 0,24%, respectivamente, para a segunda dimensão) e opõe os que declaram não possuir bens, por ordem, aos que possuem investimentos empresariais, aos que possuem imóveis urbanos não utilizados para residência própria e, em menor grau, aos que possuem apenas bens de consumo duráveis. Aos primeiros correspondem, também por ordem, o PTdoB, PCdoB, PRONA, PT e PTB, em oposição, principalmente, ao PDS, PRN, PL, PMDB e PSDB. Para os candidatos a deputado estadual desse ano de 1990, os resultados são muito semelhantes. Nesse caso, o eixo da primeira dimensão (0,265 de inércia, com 0,82% da variância explicada) opõe, os que declaram não possuir bens e, em menor grau, os que possuem também imóveis urbanos não utilizados para residência própria aos que possuem investimentos empresariais. Aos primeiros, corresponde, por ordem, o PTdoB, PTB, PT, PL e o PSB, dentre outros em menor grau, em oposição ao PMDB, PDS e PSDB, dentre outros em menor grau.

Para 1994 os resultados são semelhantes (inércia de 0,216, com 0,65% de variância explicada na primeira e 0,61 e 0,18%, respectivamente, na segunda dimensão), mas não idênticos. O eixo da primeira dimensão opõe particularmente o PV, PCdoB, PSTU, PP, PMN, PRN, PRONA, PSB e, em menor grau, o PT e o PPS, ao PMDB, PPR, PSDB, PL, PFL e, em menor grau, PCB, PTB, PFL, PDT, PSC e PCB. A essa oposição correspondem, no primeiro pólo, os que declaram não possuir bens e, em menor grau, os que possuem apenas bens de consumo duráveis e no pólo oposto, os que possuem investimentos empresariais e, em menor grau, os que possuem investimentos urbanos que não são para residência própria.

Quanto a esse ponto, também, para os candidatos de 1994, não ocorrem maiores alterações, ao se tomar os candidatos separadamente. Assim, para os candidatos a deputado federal, o eixo da primeira dimensão (inércia de 0,209, com 0,45% da variância explicada e 0,127 e 0,27%, respectivamente, para a segunda dimensão) opõe, por ordem, os que declaram não possuir bens e os que possuem apenas bens de consumo duráveis, também por ordem, aos que possuem investimentos empresariais e aos que possuem imóveis urbanos não utilizados para residência própria. Aos primeiros correspondem o PV, PSTU, PCdoB, PPS, PP, PRN e PMN, que se opõem ao PL, PMDB, PSDB, PPR e ao PT. De modo muito semelhante, para os candidatos a deputado estadual de 1994, o eixo da primeira dimensão (inércia de 0,278, com 0,64% da variância explicada e 0,123 e 0,28%, respectivamente, para a segunda dimensão) opõe os que declaram não possuir bens e, em menor grau, os que possuem apenas bens de consumo duráveis aos que possuem investimentos empresariais e, em segundo lugar, aos que possuem imóveis urbanos não utilizados para residência própria. Ao primeiro pólo correspondem, por ordem, o PV, PRONA, PP, PMN, PSTU, PRN e, em menor grau, o PT; em oposição, também por ordem, ao PMDB, PSDB, PPR, PCB, PPS, PDT e PSC, dentre outros em menor grau.

Novamente, apenas para exemplificar numericamente os extremos: em 1990, tomando-se o conjunto dos candidatos, o único candidato do PC declara não possuir bens; o mesmo ocorre com os dois candidatos do PCdoB e também, com o único candidato do PRONA; dos 27 candidatos do PSB, 48,1% declaram não possuir bens, 18,5%

possuem apenas bens de consumo duráveis, 18,5% possuem também imóveis urbanos não utilizados para residência própria e 14,8% possuem investimentos empresariais; dos 51 candidatos do PT, 43,1% declaram não possuir bens, 29,4% possuem apenas bens de consumo duráveis, 15,7% possuem imóveis urbanos não utilizados para residência própria e 11,8% possuem investimentos empresariais; dos oito candidatos do PTdoB, 75% declaram não possuir bens e dos restantes, apenas um possui bens de consumo duráveis e outro possui imóveis urbanos não utilizados para residência própria, sendo que nenhum possui investimentos empresariais. No outro extremo, dos 58 candidatos do PDS, apenas 6,9% declaram não possuir bens, 10,3% possuem apenas bens de consumo duráveis, 41,4% possuem imóveis urbanos não utilizados para residência própria e 41,4% possuem investimentos empresariais; dos 115 candidatos do PMDB, apenas 4,3% declaram não possuir bens, 19,1% possuem apenas bens de consumo duráveis, 39,1% possuem imóveis urbanos não utilizados para residência própria e 37,4% possuem investimentos empresariais; por fim, dos 38 candidatos do PSDB, 7,9% declaram não possuir bens, 23,7% possuem apenas bens de consumo duráveis, 42,1% possuem imóveis urbanos não utilizados para residência própria e 26,3% possuem investimentos empresariais.

Para o conjunto dos candidatos de 1994 tomando-se também, somente os extremos: os dois candidatos do PV declaram não possuir bens; dos cinco do PCdoB, dois declaram não possuir bens e os três restantes possuem apenas bens de consumo duráveis; o mesmo ocorre com os cinco candidatos do PSTU; dos 13 candidatos do PP, 38,5% declaram não possuir bens, 38,5% possuem apenas bens de consumo duráveis e 23,1% (3 candidatos) possuem imóveis urbanos não utilizados para residência própria, sendo que nenhum possui investimentos empresariais; dos 21 do PMN, 33,3% declaram não possuir bens, 14,3% possuem apenas bens de consumo duráveis, 47,6% possuem imóveis urbanos não utilizados para residência própria e 4,8% possuem investimentos empresariais; dos nove do PRONA, dois declaram não possuir bens, outros três possuem apenas bens de consumo duráveis e quatro possuem investimentos empresariais. No extremo oposto: dos 94 candidatos do PMDB, nenhum declara não possuir bens, 13,8% possuem apenas bens de consumo duráveis, 34% possuem imóveis urbanos não utilizados para residência própria e 52,1% possuem investimentos empresariais; dos 88 do PPR, 4,5% declaram não possuir bens, 9,1% pos-

suem apenas bens de consumo duráveis, 31,8% possuem imóveis urbanos não utilizados para residência própria e 54,5% possuem investimentos empresariais; por fim, para mencionar apenas mais um exemplo, dos 41 candidatos do PSDB, apenas um (2,4%) declara não possuir bens, 14,6% possuem apenas bens de consumo duráveis, 36,6% possuem imóveis urbanos não utilizados para residência própria e 46,3% possuem investimentos empresariais.

Embora um pouco menos intensas e lineares, as relações entre filiações partidárias e montante do patrimônio são muito semelhantes. Para os candidatos de 1990 (inércia de 0,177, com 0,44% de variância explicada na primeira e 0,066 e 0,16%, respectivamente, na segunda dimensão), o eixo da primeira dimensão opõe, principalmente, o PTdoB, o PT, PSB, PTB e, em menor grau, o PDT e o PRN, ao PDS, PMDB, PFL e, em menor grau, o PL. A essa oposição correspondem, no primeiro pólo, a faixa de até cem dólares de patrimônio declarado e, em muito menor grau, a faixa de oitocentos a novecentos dólares e no extremo do pólo oposto, as faixas de patrimônio mais altas e, em menor grau, as faixas intermediárias. Para os candidatos de 1994, também, os resultados são muito semelhantes (inércia de 0,166, com 0,38% de variância explicada na primeira e 0,061 e 0,14, respectivamente, na segunda dimensão). O eixo da primeira dimensão opõe, por ordem, o PCdoB, PSTU, PCB, PSC, PP, PT, PL, PRONA, PMN, PRN, PSB e PPS ao PPR, PMDB, PSDB e, em menor grau, PDT e PTB. A essa oposição correspondem, no primeiro pólo, as faixas de patrimônio declarado mais baixas, de até cem dólares, a de oitocentos a novecentos e, em menor grau, de seiscentos a setecentos dólares e no pólo oposto, todas as demais, especialmente as mais altas. Em todo caso, como se pode observar (as faixas de seiscentos a setecentos e de oitocentos a novecentos podem ser consideradas como intermediárias), nesse caso a correlação não é linear. Dentre outras possíveis razões, isso pode estar vinculado ao fato de todos os tipos de candidatura estarem sendo tratados em conjunto.

Nesse caso, das relações entre filiação partidária e montante do patrimônio, tampouco ocorrem maiores alterações ao se tomar os candidatos separadamente, com exceção da intensidade das correlações, que para alguns conjuntos se elevam muito. Mas quanto a esse ponto, a exemplo de muitos outros indicadores, por razões não completamente claras, os graus de correlação tende a se intensificar especialmente para

os candidatos a deputado federal, em detrimento dos a deputado estadual. Assim, para os candidatos a deputado federal de 1990, a inércia da primeira dimensão se eleva dos mencionados 0,177 relativos ao conjunto dos candidatos desse ano para 0,416 (com 0,35% da variância explicada e 0,255 e 0,21%, respectivamente, para a segunda dimensão). No primeiro pólo se situam as faixas de patrimônio de oitocentos a novecentos dólares, as de até duzentos e as entre trezentos e quinhentos dólares, em oposição, principalmente, às mais elevadas e as de duzentos a trezentos e de seiscentos a setecentos dólares. Ao primeiro pólo correspondem o PT, PSDB, PDT e PTB, em oposição, principalmente, ao PMDB, PL e PDS. Para os candidatos a deputado estadual desse ano de 1990, apesar da intensidade da correlação ser muito menos forte (0,172 de inércia, com 0,36% da variância explicada na primeira dimensão), os resultados são muito semelhantes e, portanto, não vale a pena expô-los.

Como seria de se esperar, para os candidatos a deputado federal de 1994, também, os resultados são muito semelhantes e a exemplo de 1990, o grau de correlação é muito alto, ao contrário dos candidatos a deputado estadual. Para esses candidatos a deputado federal de 1994, o eixo da primeira dimensão (inércia de 0,348, com 0,37% da variância explicada e 0,189 e 0,20%, respectivamente, na segunda dimensão) opõe a faixa de patrimônio mais baixa, de até cem dólares e algumas das intermediárias, de seiscentos a setecentos e de oitocentos a mil dólares, principalmente às faixas mais altas, mas também a uma série de faixas intermediárias (de cem a seiscentos e de setecentos a oitocentos). Ao primeiro pólo correspondem principalmente o PRONA, PSC, PL, PCdoB, PT, PFL e PSB, em oposição ao PSDB, PPR, PPS e PMDB. Quanto aos candidatos a deputado estadual de 1994, a exemplo dos de 1990, o grau de correlação, como mencionado, é bem mais baixo (inércia de 0,134, com 0,38% da variância explicada na primeira dimensão), mas os resultados, em geral, são muito semelhantes.

Ainda quanto às filiações partidárias, cabe mencionar algo sobre suas relações com as classificações profissionais declaradas. Nesse caso, certamente devido à menor qualidade das informações, para os candidatos de 1990, o grau de correlação não é muito alto (0,148 de inércia, com 0,19% da variância explicada na primeira e 0,139 e 0,18%, respectivamente, na segunda dimensão). O eixo da primeira dimensão opõe, por ordem, o PRONA, PCdoB, PCB, PSDB, PL e, em menor

grau, PDS, PDT, PMDB e no pólo oposto, o PTdoB, PTB, PRN, PSB e PT. A essa oposição correspondem, no primeiro pólo, principalmente: radialistas que são também empresários, militares oficiais, agropecuaristas/fazendeiros/produtores rurais, médicos, altos funcionários públicos (juizes, promotores, delegados de polícia), os que são simultaneamente profissionais liberais e empresários, empresários, outros profissionais liberais com titulação universitária, administradores de empresas públicas ou privadas, dentre outros em menor grau; no pólo oposto, comerciantes/representantes comerciais/vendedores, professores universitários, militares não oficiais, estudantes, radialistas/produtores de espetáculos, religiosos, empregados da indústria, empregados do comércio e prestação de serviços, dentre outros em menor grau. Como se pode ver, a categoria "estranha" nesse pólo são os comerciantes/representantes comerciais/vendedores, o que leva a supor que se trata principalmente de pequenos comerciantes.

Já o eixo da segunda dimensão opõe o PCdoB, o PSB, o PT e, em menor grau, o PDT, principalmente ao PRONA, PTdoB, PRN, PTB e, em menor grau, PCB, PFL, PL e PSDB. A essa oposição correspondem, no primeiro pólo, principalmente, professores universitários, empregados da indústria, estudantes, militares não oficiais, os classificados como "outros", professores universitários que são também empresários, professores não universitários, agricultores, dentre outros em menor grau; no extremo do pólo oposto, militares oficiais, administradores de empresas públicas ou privadas, industriais, empresários, profissionais liberais que são também empresários, radialista/produtores de espetáculos, e em menor grau, médicos, advogados, comerciantes/representantes comerciais/vendedores, agropecuaristas/fazendeiros/produtores rurais, esportistas e técnicos em esportes profissionais, dentre outros.

Tomando-se os candidatos a deputado federal de 1990 separadamente, essa inércia de 0,148 se eleva para 0,373 (com 0,21% da variância explicada e 0,304 e 0,17%, respectivamente, para a segunda dimensão). No primeiro pólo estão incluídos, principalmente, os industriais, profissionais liberais que também são empresários, radialistas e produtores de espetáculos, contadores, funcionários públicos em geral e radialistas que também são empresários, que se opõem aos agropecuaristas/fazendeiros/produtores rurais, bancários, autônomos e os classificados como "outros", dentre outros em menor grau. Aos pri-

meiros correspondem, principalmente, o PFL, PTB e PCB, em oposição ao PL, PCdoB, PSDB, PSB, PT e PRONA. Ainda quanto aos candidatos de 1990, tomando-se os candidatos a deputado estadual o grau de correlação baixa muito (0,158 de inércia, com 0,20% da variância explicada na primeira dimensão), mas, mesmo assim, os resultados gerais são muito semelhantes aos dos candidatos a deputado federal.

Para os candidatos de 1994 a correlação é bem mais intensa (inércia de 0,241, com 0,19% da variância explicada na primeira e 0,221 e 0,17%, respectivamente, na segunda dimensão). O eixo da primeira dimensão opõe, por ordem, no primeiro pólo, o PSC, PTB, PDT, PL, PMDB, e em menor grau, o PP, entre outros e no extremo do pólo oposto: o PV, PCB, PSTU, PCdoB, PRONA, PT e PMN. A essa oposição correspondem, no primeiro pólo, principalmente: radialistas que são também empresários, altos funcionários públicos (juizes, promotores, delegados de polícia), agropecuaristas/fazendeiros/produtores rurais, administradores de empresas públicas ou privadas, empresários, industriais, profissionais liberais que são também empresários, contadores, radialistas que também são produtores de espetáculos, comerciantes/representantes comerciais/vendedores e advogados, dentre outros em menor grau; no extremo do pólo oposto: estudantes, empregados da indústria, empregados do comércio e prestação de serviços, professores universitários, professores que são também profissionais liberais, professores não universitários e religiosos, dentre outros em menor grau. Já o eixo da segunda dimensão opõe principalmente o PV, PMN, PP, PCN e PRN, dentre outros em menor grau, ao PRONA, PCdoB, PSB, PSTU, dentre outros em menor grau. A essa oposição correspondem, no primeiro pólo, os estudantes, religiosos, autônomos, esportistas e técnicos em esportes profissionais, radialistas que são produtores de espetáculos e empregados do comércio e prestação de serviços, dentre outros em menor grau e no extremo do pólo oposto, os professores que também são profissionais liberais, professores universitários, empregados da indústria, professores não universitários, microempresários, agricultores, jornalistas, dentre outros em menor grau.

Quanto aos candidatos a deputado federal de 1994, ainda no que tange às relações entre classificações profissionais e filiações partidárias, o grau de correlação é altíssimo (1,000 de inércia, com 0,30% da variância explicada na primeira e 0,549 e 0,16%, respectivamente, na segunda dimensão). Porém, nesse caso, a capacidade de discrimina-

ção da primeira dimensão fica prejudicada pela alta correlação entre apenas duas categorias, ou seja, os estudantes e o PV (que, inclusive, têm um peso quantitativo muito pequeno). Por sua vez, o eixo da segunda dimensão opõe os professores universitários, militares em geral (inclusive da PM) e, em menor grau, os jornalistas, a todas as demais categorias. Aos primeiros correspondem o PCdoB, PRONA, PSDB e, em menor grau, o PDT e o PPS. Por fim, quanto aos candidatos a deputado estadual de 1994, o eixo da primeira dimensão (0,305 de inércia e 0,22% da variância explicada e 0,267 e 0,20%, respectivamente, para a segunda dimensão) opõe, principalmente, os empregados da indústria, professores não universitários em geral, radialistas que também são empresários, religiosos, professores universitários, empregados do comércio e prestação de serviços e agricultores aos profissionais liberais que também são empresários, radialistas que também são empresários, esportistas e técnicos em esportes profissionais, industriais, empresários, comerciantes/representantes comerciais/vendedores, agropecuaristas/fazendeiros/produtores rurais, administradores, médicos e advogados, dentre outros em menor grau. Aos primeiros correspondem, por ordem, o PRONA, PSTU, PV, PCB, PT, PRN e PMN, dentre outros em menor grau, que se opõem ao PSC, PTB, PDT, PP e PPS, dentre outros em menor grau. Por sua vez, o eixo da segunda dimensão opõe os empregados da indústria, professores universitários, professores não universitários em geral, bancários, agricultores, dentre outros em menor grau, principalmente aos religiosos, esportistas e técnicos em esportes profissionais, militares em geral, estudantes, autônomos e radialistas e produtores de espetáculos. Aos primeiros correspondem o PRONA, PSTU, PL, PT, PPS, dentre outros em menor grau, em oposição, principalmente, ao PMN, PP, PV, PCB e PRN.

Ainda quanto a filiações partidárias, um último teste cujos resultados somente servem como ilustração, refere-se a suas relações com o tempo de filiação. Como seria de se esperar, há uma correspondência relativamente forte entre o partido e o tempo de filiação dos candidatos (inércia de 0,214, com 0,37% da variância explicada e 0,172 e 0,30%, respectivamente, para a segunda dimensão para 1994). Para os candidatos de 1994, o eixo da primeira dimensão opõe o PRN, PL, PV, PRONA e, em menor grau, PT, PSDB e PP ao PMN, PMDB, PFL, PPR, PDT, PPS e PTB. A essa oposição correspondem, no primeiro pólo, os que têm cinco e os que têm dois anos de filiação e no pólo

oposto, especialmente os que têm seis e os que têm um ano de filiação. O problema é que, mais que medir tempo de adesão, esse teste mede a idade formal do partido e o resultado acaba sendo uma oposição entre os mais recentes e os mais antigos, visto que seu aparecimento depende de mudanças jurídico-formais que se sobrepõem às identificações e estratégias de adesão. Os resultados para 1990 também são semelhantes e não vale a pena expô-los.

Por fim, tendo em vista que a profissão declarada tem um baixo grau de especificação (por se tratar de classificações de cunho mais formal e em sua vinculação com o título escolar ou recorte sindical, por não incluir o exercício profissional efetivo, por não haver uma maior codificação das classificações profissionais no Brasil, dentre outras razões), visando aumentar seu grau de discriminação, relacionei-a com outros indicadores de posição social. O primeiro desses indicadores é a titulação escolar. Porém, nesse caso, isso serve apenas como um exercício de exploração, cujos resultados servem apenas como ilustração. Tendo em vista que a própria declaração da profissão em geral está associada à titulação escolar (pelo menos para os com curso universitário), que a maior parte possui curso superior e, além disso, para os candidatos de 1990 se dispõe de informações quase só para estes, o grau de correlação entre a titulação escolar e a classificação profissional é muito alta, mas pouco explicativa.

Em todo caso, começando pelos candidatos de 1990, como as classificações profissionais quase coincidem com as escolares, na análise de correspondência a inércia da primeira dimensão chega a 1,00, com 0,54% da variância explicada e da segunda, 0,54 e 0,29%, respectivamente. O eixo da primeira dimensão opõe os contadores (que têm uma "massa" ou peso quantitativamente pequeno) a todas as demais profissões. A essa oposição correspondem, no primeiro pólo, os que possuem apenas o primeiro grau completo (que no caso equiivale a quase todos os que não têm curso superior), principalmente aos que têm curso superior completo e, em menor grau, superior incompleto ou segundo grau completo. Já o eixo da segunda dimensão opõe os estudantes, funcionários públicos em geral (excluído os altos funcionários públicos, como juizes, promotores e delegados de polícia), a todas as demais categorias profissionais. A isso correspondem, como seria de se esperar, no primeiro pólo, os com curso superior incompleto e os com segundo grau completo, em oposição aos com curso superior.

Tomando-se separadamente por tipo de candidatura, ocorre algo semelhante. Assim, para os candidatos a deputado federal de 1990, a correlação se mantém muito alta (inércia de 1,000, com 0,80% da variância explicada na primeira e 0,238 e 0,19%, respectivamente, na segunda dimensão), mas as categorias que se relacionam são poucas. O eixo da primeira dimensão opõe os com o 2º grau completo (para esse ano não há informações relativas aos graus escolares a baixo) e os com curso superior completo aos com curso superior incompleto. Aos primeiros correspondem, principalmente os advogados, médicos, outros profissionais liberais com titulação universitária, comerciantes/representantes comerciais/vendedores, empregados do comércio e prestação de serviços, altos funcionários públicos, funcionários públicos em geral, radialistas que também são empresários, profissionais liberais que também são empresários e professores universitários, que se opõem aos estudantes. Na segunda dimensão se opõem os que têm o 2º grau completo (com um peso quantitativo muito pequeno) aos com curso superior completo. Aos primeiros correspondem os funcionários públicos em geral. Para os candidatos a deputado estadual de 1990, também, a correlação é muito alta, semelhante ao que ocorre com os candidatos a deputado federal, mas devido à precariedade das informações relativas aos graus mais baixos de escolarização, não vale a pena expor esses resultados.

Para os candidatos de 1994, devido à melhor qualidade dos dados, os resultados são mais consistentes (inércia de 0,585, com 0,17% da variância explicada na primeira e 0,178 e 0,17%, respectivamente, na segunda dimensão). O eixo da primeira dimensão opõe, no primeiro pólo, por ordem, os médicos, altos funcionários públicos (juizes, promotores, delegados de polícia), profissionais liberais que são também empresários, advogados, professores universitários, professores que são também profissionais liberais, outros profissionais liberais com titulação universitária, dentre outros em menor grau, principalmente, aos microempresários, empregados da indústria, agricultores, radialistas/produtores de espetáculos, esportistas e técnicos em esportes profissionais, religiosos, autônomos, empregados do comércio e prestação de serviços, comerciantes/representantes comerciais/vendedores, empresários, industriais, professores não universitários, agropecuaristas/fazendeiros/produtores rurais, estudantes, radialistas que são também empresários, dentre outros em menor grau. A essa oposição correspon-

dem, no primeiro pólo, os com curso superior (que representam 0,59% do total da inércia da dimensão), em oposição, por ordem decrescente, ao primeiro grau incompleto, segundo grau incompleto, segundo grau completo, primeiro grau completo e, por fim, curso superior incompleto. A maior surpresa, no caso, são algumas categorias profissionais supostamente mais escolarizadas, mas que se posicionam no pólo de menor, ou de média escolaridade, tais como os religiosos, industriais, radialistas, autônomos, empresários, dentre outros. Por sua vez, o eixo da segunda dimensão opõe, principalmente, os agricultores, microempresários, religiosos, empregados da indústria, industriais, dentre outros em menor grau, principalmente aos radialistas que são também empresários, estudantes, agropecuaristas/fazendeiros/produtores rurais, contadores, esportistas e técnicos em esportes profissionais, militares em geral, funcionários públicos em geral (inclusive os altos funcionários públicos), dentre outros em menor grau. A essa oposição correspondem, no primeiro pólo, principalmente os com o primeiro grau incompleto, segundo grau incompleto e, em menor grau, segundo grau completo e curso superior completo, em oposição aos com curso superior incompleto e, em menor grau, segundo grau completo.

Como para essas eleições as informações relativas a esse ponto são bastante consistentes, vale a pena tomar os dados separadamente por tipos de candidatura. Para os candidatos a deputado federal, a inércia da primeira dimensão se eleva dos mencionados 0,585 obtidos para o conjunto dos candidatos, para 0,748 (com 0,43% da variância explicada e 0,403 e 0,23%, respectivamente, para a segunda dimensão). Quanto ao grau de escolarização, no eixo da primeira dimensão se opõem todos os abaixo do curso superior completo a este último. Ao primeiro pólo, dos sem curso superior completo, correspondem, principalmente, os comerciantes/representantes comerciais/vendedores, autônomos, agricultores, microempresários, empregados do comércio e prestação de serviços, empregados da indústria, professores não universitários, contadores, esportistas e técnicos em esportes profissionais, religiosos, estudantes e, em menor grau, empresários, administradores de empresas e funcionários públicos em geral; no pólo oposto, advogados, médicos, outros profissionais liberais com titulação universitária, industriais, bancários, altos funcionários públicos, militares em geral, profissionais liberais que também são empresários, professores que também são profissionais liberais e professores universitários, dentre outros em menor

grau. Por sua vez, na segunda dimensão se opõem os com apenas o 1º grau incompleto, com o 1º grau completo e, em menor grau, os com curso superior completo, aos graus escolares intermediários, ou seja, 2º grau incompleto e, em menor grau, 2º grau completo e superior incompleto. Ao primeiro pólo correspondem, principalmente, os agricultores, radialistas e produtores de espetáculos e comerciantes/representantes comerciais/vendedores, que se opõem aos microempresários, contadores, esportistas e técnicos em esportes profissionais, religiosos, empregados da indústria, estudantes e administradores de empresas.

Quanto aos candidatos a deputado estadual de 1994, ainda no que tange às relações entre classificações profissionais e graus de escolarização, a correlação é um tanto menor, mas se mantém elevada (inércia de 0,539, com 0,52% da variância explicada na primeira e 0,206 e 0,20%, respectivamente, para a segunda dimensão). A exemplo dos candidatos a deputado federal, nesse caso também, o eixo da primeira dimensão opõe os graus abaixo do curso superior completo a este, e ao primeiro pólo correspondem: esportistas e técnicos em esportes profissionais, empregados da indústria, religiosos, empresários, radialistas e produtores de espetáculos e, em menor grau, comerciantes/representantes comerciais/vendedores, autônomos, agricultores, industriais, empregados do comércio e prestação de serviços, estudantes, agropecuaristas/fazendeiros/produtores rurais, radialistas que também são empresários, dentre outros; no pólo oposto, médicos, advogados, profissionais liberais que também são empresários, professores universitários, altos funcionários públicos (juizes, promotores, delegados de polícia) e outros profissionais liberais com titulação universitária, dentre outros. Por sua vez, na segunda dimensão se opõem os com o 1º grau incompleto e, menos intensamente, com o curso superior completo, aos com curso superior incompleto e os com o 2º completo. Ao primeiro pólo correspondem, principalmente, os empregados da indústria, religiosos, agricultores, empresários, militares em geral (inclusive da PM), administradores, industriais e comerciantes/representantes comerciais/vendedores, dentre outros em menor grau; no pólo oposto, estudantes, radialistas que são também empresários, agropecuaristas/fazendeiros/produtores rurais, contadores, esportistas e técnicos em esportes profissionais, bancários, autônomos e funcionários públicos em geral, dentre outros em menor grau.

Parece que o montante e a composição do patrimônio econômico ajudam mais do que em relação à titulação escolar numa melhor qualificação das classificações profissionais. Para os candidatos de 1990, na análise de correspondência (inércia de 0,185, com 0,24% da variância explicada para a primeira e 0,126 e 0,16%, respectivamente, para a segunda dimensão) o eixo da primeira dimensão opõe, por ordem decrescente, os professores universitários, radialistas que são também empresários, esportistas e técnicos em esportes profissionais, empresários, industriais, outros profissionais liberais com titulação universitária, médicos, militares oficiais, bancários, dentre outros em menor grau, aos religiosos, militares não oficiais, os classificados como "outros", radialistas/produtores de espetáculos, administradores de empresas públicas ou privadas, autônomos, professores não universitários, funcionários públicos em geral (exclusive os altos funcionários públicos), dentre outros em menor grau. A essa oposição correspondem, no primeiro pólo, as faixas de patrimônio de mil a dez mil dólares, de seiscentos a setecentos, de quinhentos a seiscentos e as demais faixas mais baixas, de cem a seiscentos, com exceção da mais baixa (até cem dólares) e no pólo oposto, a faixa mais alta, de quinhentos mil a um milhão, e as faixas de oitocentos a mil e a mais baixa, de até cem dólares. Portanto, a correlação não é linear, polarizando a maior parte das faixas intermediárias e, por outro lado, os extremos, o que torna difícil uma maior especificação de algumas dessas categorias profissionais tomadas individualmente. Além disso, os respectivos pesos na composição total são muito diferenciados, tanto para as classificações profissionais como para as faixas de patrimônio, mas não vale a pena especificar isso agora. Já a segunda dimensão opõe principalmente os esportistas e técnicos em esportes profissionais, empresários, agricultores e autônomos, dentre outros em menor grau, principalmente aos professores universitários, radialistas que são também empresários, industriais, administradores, dentre outros em menor grau. A essa oposição correspondem, no primeiro pólo, principalmente as faixas de seiscentos a setecentos dólares, de quatrocentos a quinhentos e de setecentos a oitocentos dólares, em oposição principalmente às faixas de oitocentos a novecentos de mil a dez mil e as faixas mais baixas, de cem a quatrocentos dólares, com exceção da última, de até cem dólares.

Nesse, como na maior parte dos casos, o grau de correlação se eleva muito ao se tomar os candidatos separadamente. Para os candida-

tos a deputado federal de 1990, a inércia da primeira dimensão aumenta dos mencionados 0,185 relativos ao conjunto, para 0,415 (com 0,22% da variância explicada e 0,366 e 0,20%, respectivamente, para a segunda dimensão). O eixo da primeira dimensão opõe a faixa de patrimônio de trezentos a quatrocentos dólares, a mais elevada, de mais de cinquenta mil dólares, a de setecentos a oitocentos e a mais baixa, de até cem dólares, a todas as demais, principalmente à de cem a duzentos e à de seiscentos a setecentos dólares. Ao primeiro pólo correspondem, principalmente, os bancários, funcionários públicos em geral, agricultores, autônomos e militares não oficiais, em oposição aos radialistas e produtores de espetáculos, militares oficiais, empresários e empregados do comércio e prestação de serviços. Para os candidatos a deputado estadual de 1990, também, essa correlação é alta (0,261, com 0,24% da variância explicada na primeira e 0,221 e 0,20%, respectivamente, para a segunda dimensão). Mas como os resultados são mais ou menos semelhantes aos dos candidatos a deputado federal, e como essa correlação não é nada linear, torna sua exposição um tanto enfadonha, não valendo a pena sua apresentação.

Para os candidatos de 1994, os resultados são um tanto mais simples (inércia de 0,196, com 0,20% da variância explicada na primeira e 0,182, com 0,19%, respectivamente, para a segunda dimensão). No primeiro pólo da primeira dimensão estão principalmente os profissionais liberais que são também empresários, os empresários, administradores de empresas públicas ou privadas, agropecuaristas/fazendeiros/produtores rurais, médicos e, em menor grau, advogados, altos funcionários públicos (juizes, promotores, delegados de polícia) e outros profissionais liberais com titulação universitária, e no extremo do pólo oposto, por ordem, microempresários, professores que são também profissionais liberais, religiosos, esportistas e técnicos em esportes profissionais, empregados da indústria, autônomos, agricultores, professores não universitários, radialistas/produtores de espetáculos, dentre outros em menor grau. A essa oposição correspondem, no primeiro pólo, todas as faixas de patrimônio, com exceção da mais baixa (que tem um peso de 0,54% do total da inércia) e da de vinte a cinquenta mil dólares (que tem um peso mínimo, de apenas 0,004% do total da inércia). Portanto, as classificações profissionais do segundo pólo correspondem, principalmente, ao menor patrimônio. Por sua vez, o eixo da segunda dimensão opõe todas as demais classificações profissionais,

mas principalmente os profissionais liberais que são também empresários, aos altos funcionários públicos (juizes, promotores, delegados de polícia), administradores de empresas públicas ou privadas, empresários, agropecuaristas/fazendeiros/produtores rurais, médicos e outros profissionais liberais com titulação universitária. A essa oposição correspondem, no primeiro pólo, a faixa de patrimônio de novecentos a mil dólares e, em menor grau, a de seiscentos a setecentos e as mais baixas (até trezentos dólares), que se opõem a todas as demais.

Tomados os candidatos a deputado federal de 1994, essa correlação é um tanto mais simples que para os de 1990. Nesse caso, o eixo da primeira dimensão (inércia de 0,383, com 0,24% da variância explicada e 0,290 e 0,18%, respectivamente para a segunda dimensão) opõe as faixas de patrimônio mais altas (com um peso quantitativo muito pequeno) e também as mais baixas, de até duzentos dólares, a todas as demais faixas intermediárias. Ao primeiro pólo, dos extremos, correspondem os autônomos, agricultores, microempresários, empregados do comércio e prestação de serviços, empregados da indústria, funcionários públicos em geral, professores não universitários, esportistas e técnicos em esportes profissionais, religiosos, professores universitários, professores que também são profissionais liberais, dentre outros em menor grau. No pólo oposto, das faixas intermediárias ou com a exclusão dos extremos, se situam os industriais, profissionais liberais que também são empresários, advogados, empresários, administradores, dentre outros em menor grau. Para os candidatos a deputado estadual os resultados são semelhantes e, portanto, não vale a pena expô-los.

Por sua vez, as relações entre as classificações profissionais e a composição do patrimônio são bem mais simples. Para os candidatos de 1994 (inércia de 0,179, com 0,54% de explicação da variância para a primeira e 0,106 e 0,32%, respectivamente, para a segunda dimensão), o eixo da primeira dimensão opõe, em seu primeiro pólo, por ordem decrescente, os profissionais liberais que também são empresários, os empresários, agropecuaristas/fazendeiros/produtores rurais, outros profissionais liberais com titulação universitária, microempresários, médicos, altos funcionários públicos (juizes, promotores, delegados de polícia) e, em menor grau, advogados, agricultores e professores universitários, em oposição, principalmente, aos estudantes, radialista/produtores de espetáculos, empregados da indústria, empregados do comércio e prestação de serviços, professores não universitários, profes-

res que são também profissionais liberais, religiosos e, em menor grau, militares em geral (inclusive da PM) e contadores. A essa oposição correspondem, no primeiro pólo, os que possuem também investimentos empresariais e no extremo do pólo oposto, os que declaram não possuir bens e, em menor grau, os que possuem apenas bens de consumo duráveis. A segunda dimensão opõe principalmente os estudantes, profissionais liberais que são também empresários, industriais, administradores, comerciantes/representantes comerciais/vendedores, médicos, advogados, agricultores e contadores, dentre outros em menor grau, principalmente aos bancários, esportistas e técnicos em esportes profissionais, religiosos, radialistas que são também empresários, professores que são também profissionais liberais e funcionários públicos em geral (exclusive altos funcionários públicos). A essa oposição correspondem, no primeiro pólo, os que declaram não possuir bens e, em segundo lugar, os que possuem investimentos empresariais e no extremo do pólo oposto, os que possuem apenas bens de consumo duráveis e os que também possuem imóveis urbanos não destinados à residência própria. Portanto, o primeiro pólo é composto pelos extremos e o segundo pelos que têm imóveis urbanos, para residência própria ou não.

Tomando-se separadamente os candidatos a deputado federal de 1994, a inércia da primeira dimensão se eleva dos 0,179 obtidos para o conjunto dessas eleições, para 0,177 (com 0,47% da variância explicada na primeira e 0,182 e 0,30%, respectivamente, para a segunda dimensão). Na primeira dimensão se opõem os que declaram não possuir bens e, em menor grau, os que possuem apenas bens de consumo duráveis, aos que possuem imóveis urbanos não utilizados para residência própria e aos que possuem investimentos empresariais. Aos primeiros correspondem, principalmente, os estudantes, autônomos, radialistas e produtores de espetáculos, jornalistas, comerciantes/representantes comerciais/vendedores, empregados da indústria, professores não universitários, religiosos, agricultores e professores que também são profissionais liberais; no pólo oposto, esportistas e técnicos em esportes profissionais, médicos, advogados, outros profissionais com titulação universitária, empresários, industriais, microempresários e profissionais liberais que são também empresários, dentre outros em menor grau. Por sua vez, a segunda dimensão opõe os extremos às situações intermediárias, ou seja, os que declaram não possuir bens e os que possuem investimentos empresariais, aos que possuem apenas bens de consumo durá-

veis e aos que possuem imóveis urbanos não utilizados para residência própria. No primeiro pólo, em um dos extremos, estão incluídos os empresários, industriais, radialistas e produtores de espetáculos, estudantes, profissionais liberais que são também empresários, médicos, comerciantes/representantes comerciais/vendedores, e autônomos, dentre outros em menor grau; em oposição aos religiosos, professores que também são profissionais liberais, bancários, altos funcionários públicos, contadores e professores universitários. Para os candidatos a deputado estadual de 1994 os resultados são muito semelhantes e, nesse caso também, o eixo da primeira dimensão (inércia de 0,199, com 0,59% da variância explicada e 0,101 e 0,30%, respectivamente, para a segunda) opõe os que declaram não possuir bens aos que possuem investimentos empresariais (mantendo quase neutras as demais categorias). No pólo dos que declaram não possuir bens se destacam os estudantes, empregados da indústria, radialistas e produtores de espetáculos e empregados do comércio e prestação de serviços, dentre outros em menor grau, e no extremo oposto: profissionais liberais que também são empresários, jornalistas, professores universitários, altos funcionários públicos, empresários, agricultores, advogados, médicos agropecuaristas/fazendeiros/produtores rurais, e outros profissionais liberais com titulação universitária e comerciantes/representantes comerciais/vendedores, dentre outros em menor grau. Nesse caso também, o eixo da segunda dimensão opõe os extremos às situações intermediárias, ou seja, os que declaram não possuir bens e os que possuem investimentos empresariais, aos demais. Mas como os resultados são semelhantes aos obtidos para os candidatos a deputado federal, não vale a pena expô-los.

Para os candidatos de 1990 os resultados são semelhantes (inércia de 0,181, com 0,49% da variância explicada na primeira e 0,122 e 0,33%, respectivamente, para a segunda dimensão). O eixo da primeira dimensão opõe, no primeiro pólo, por ordem, os professores universitários, radialistas que são também empresários, agricultores, médicos, empresários, contadores, esportistas e técnicos de esportes profissionais, altos funcionários públicos (juizes, promotores, delegados de polícia), outros profissionais liberais com titulação universitária e, em menor grau, advogados e industriais e no extremo do pólo oposto, estudantes, agropecuaristas/fazendeiros/produtores rurais, professores universitários que são também profissionais liberais, radialistas/produtores de espetáculos, os classificados como "outros", empregados do

comércio e prestação de serviços e, em menor grau, empregados da indústria e professores não universitários. A essa oposição correspondem, no primeiro pólo, os que possuem investimentos empresariais e, em segundo lugar, os que possuem imóveis urbanos utilizados para residência própria e no outro pólo, os que declaram não possuir bens e, em menor grau, os que possuem apenas bens de consumo duráveis. A surpresa maior aqui são os classificados como agropecuaristas/fazendeiros/produtores rurais, que se posicionam dentre os que não possuem bens ou apenas bens de consumo duráveis. Certamente, se trata de uma classificação vinculada a situações pouco comuns, o que pode estar vinculado ao fato de que no caso de 1990 os dados são menos sistemáticos e explícitos, e o peso dessa categoria é desprezível (apenas uma ocorrência, com 0,002% do total da inércia). Por sua vez, o eixo da segunda dimensão opõe, no primeiro pólo, principalmente, os religiosos, esportistas e técnicos de esportes profissionais, militares oficiais, autônomos, médicos, dentre outros em menor grau, principalmente, aos professores universitários, radialistas que são também empresários, industriais, agricultores, administradores de empresas públicas ou privadas, dentre outros em menor grau. A exemplo dos resultados para 1994, nesse caso também, ao primeiro pólo correspondem os que possuem apenas bens de consumo duráveis e/ou imóveis urbanos não utilizados para residência própria e no pólo oposto, os extremos, ou seja, os que possuem investimentos empresariais e os que declaram não possuir bens.

Como seria de esperar, os resultados do exame em separado dos candidatos de 1990, relativamente às relações entre as classificações profissionais e a composição do patrimônio, são muito semelhantes aos obtidos para os de 1994. Para os candidatos a deputado federal a inércia da primeira dimensão se eleva dos 0,181 obtidos para o conjunto, para 0,400 (com 0,53% da variância explicada e 0,200 e 0,26%, respectivamente, para a segunda dimensão). Nesse caso, porém, o eixo da primeira dimensão opõe apenas os que declaram não possuir bens, em primeiro lugar, aos que possuem investimentos empresariais e, em segundo, aos que possuem apenas bens de consumo duráveis e aos que possuem imóveis urbanos não utilizados para residência própria. No pólo dos que declaram não possuir bens estão incluídos os estudantes, os classificados como "outros", bancários, empregados do comércio e prestação de serviços, professores não universitários, comerciantes/re-

presentantes comerciais/vendedores e, surpreendentemente, os industriais (se bem que com um peso quantitativo de apenas 0,09% do total); no pólo oposto, os empresários, médicos, outros profissionais liberais com titulação universitária, autônomos, agricultores, microempresários, administradores de empresas (públicas ou privadas), altos funcionários públicos (juizes, promotores, delegados de polícia) e, de novo surpreendentemente, os militares não oficiais (também com um peso quantitativo de apenas 0,09%), dentre outros em menor grau. Por fim, quanto aos candidatos a deputado estadual, o eixo da primeira dimensão (inércia de 0,206, com 0,46% da variância explicada e 0,162 e 0,36%, respectivamente para a segunda) opõe apenas os que possuem investimentos empresariais a todas as demais categorias, mas principalmente, aos que declaram não possuir bens e, em segundo lugar, aos que possuem apenas bens de consumo variável e aos que possuem também imóveis urbanos não utilizados para residência própria. Ao pólo dos que possuem investimentos empresariais correspondem os radialistas que também são empresários, industriais, comerciantes/representantes comerciais/vendedores, agricultores, contadores e, em menor grau, empresários, administradores de empresas (públicas ou privadas), médicos, advogados, outros profissionais liberais com titulação universitária, altos funcionários públicos e contadores; no pólo oposto, estudantes, radialistas e produtores de espetáculos, empregados do comércio e prestação de serviços, professores universitários que também são profissionais liberais, militares oficiais, religiosos, os classificados como "outros", autônomos e, surpreendentemente, os agropecuaristas/fazendeiros/produtores rurais (com um peso quantitativo de apenas 0,04%). A exemplo dos casos anteriores, aqui também o eixo da segunda dimensão opõe os extremos às situações intermediárias, ou seja, os que declaram não possuir bens e os que possuem investimentos empresariais, aos que possuem imóveis urbanos não utilizados para residência própria e aos que possuem apenas bens de consumo duráveis. Mas os resultados não acrescentam muito ao apresentado e, portanto, sua exposição não se justifica.

Por fim, como seria de se supor, além das classificações profissionais, o montante e a composição do patrimônio mantém alguma relação com as faixas etárias. Essa relação, no entanto, se mostra um tanto tênue, até porque o ingresso na condição de candidato, no caso, em geral ocorre já numa fase madura. Apenas para exemplificar, para os

candidatos de 1990 (inércia de 0,134, com 0,91% da variância explicada na primeira e 0,009 e 0,05%, respectivamente, na segunda dimensão), o eixo da primeira dimensão opõe os que declaram não possuir bens e os que possuem apenas bens de consumo duráveis aos que possuem investimentos empresariais e aos que possuem imóveis urbanos não utilizados para residência própria. A essa oposição correspondem, no primeiro pólo, as faixas etárias mais baixas, de 21 a 29 e de 30 a 39 anos, mas também a mais elevada, de mais de setenta anos. Quanto ao montante do patrimônio, para os candidatos de 1990, ocorre algo semelhante. O eixo da primeira dimensão (0,115 de inércia, com 0,53% da variância explicada na primeira e 0,048 e 0,22%, respectivamente, na segunda dimensão) opõe as faixas de patrimônio mais baixas (até trezentos dólares) e a de setecentos a oitocentos dólares, a todas as demais, especialmente às mais altas. A essa oposição correspondem, no primeiro pólo, as faixas etárias mais baixas, de 21 a 49 anos, mas também a mais alta, de setenta anos e mais.

Para os candidatos de 1994, há uma correlação mais linear entre as faixas etárias e a composição do patrimônio, mas nesse caso é mais fraca (0,07 de inércia, com 0,85% da variância explicada na primeira e 0,01 e 0,12% na segunda dimensão). O eixo da primeira dimensão opõe os que declaram não possuir bens e os que possuem apenas bens de consumo duráveis aos que possuem investimentos empresariais e em menor grau, aos que possuem imóveis urbanos não utilizados para residência própria. A essa oposição, correspondem, no primeiro pólo, a faixa etária de 21 a 29 anos e, em menor grau, de 30 a 39 anos e no pólo oposto, todas as demais, especialmente as mais elevadas. Quanto ao montante do patrimônio (inércia de 0,139, com 0,53% de variância explicada na primeira e 0,077 e 0,29%, respectivamente, na segunda dimensão), o eixo da primeira dimensão opõe as faixas de até cem dólares, de quinhentos a seiscentos, de setecentos a oitocentos e a mais elevada, de mais de um milhão (que tem um peso insignificante, com apenas uma ocorrência ou 0,002%) às faixas entre cem e quinhentos e às mais elevadas (com exceção da última). A essa oposição correspondem, no primeiro pólo, as faixas etárias mais baixas, de 21 a 40 anos e no pólo oposto, as mais elevadas, mas especialmente a de 60 a 69 anos. Por fim, as relações entre o montante do patrimônio e o tipo de candidatura também são muito tênues. Certamente, isso se deve inclusive ao tipo de eleições em pauta. Em todo caso, sua exposição não vale a pena.

Quanto aos deputados federais, há ainda algumas indicações extremamente interessantes, mas que não podem ser comparadas com os dados relativos aos candidatos de 1990 e de 1994, visto que nesse caso essas informações não constam. Trata-se das atividades sindicais ou de representação de "classe" e associativas. Para os deputados federais eleitos em 1994, se dispõe de informações desse tipo de atividade para 46,1% dos casos. As mais freqüentes são as que seguem: corporações de profissionais liberais, com 43 ou 18,2% dos com informações disponíveis; associações e/ou sindicatos de empresários rurais ou urbanos, com 38 (16,1%); associações estudantis, com 27 (11,4%); sindicatos de trabalhadores e/ou funcionários urbanos, com 27 (11,4%); associações estudantis e, após, corporações de profissionais liberais, com 11 (4,7%); sindicatos ou associações de empresários rurais, com 10 (4,2%); além dessas, uma série de outras com menor ocorrência, tais como: associações e/ou sindicatos de empresários e corporações de profissionais liberais, com 9 (3,8%); associações de prefeitos, vereadores ou municípios, com 8 (3,4%); clubes de lazer ou desportivos, com 7 (3%); associações de empresários e de municípios, com 5 (2,1%); sindicatos e/ou associações de trabalhadores rurais, com 4 (1,7%); associações estudantis e, após, de empresários, com 4 (1,7%); assessoria a sindicatos de trabalhadores de diferentes setores (3 ou 1,3%); associações estudantis e após, de municípios (3 ou 1,3%); associações estudantis e após, de parlamentares (3 ou 1,3%); corporações de profissionais liberais e associações de mulheres (3 ou 1,3%); corporações de profissionais liberais e associações de municípios (2 ou 0,8%); associações estudantis e associações pró-partidos políticos (2 ou 0,8%); organizações de parlamentares (2 ou 0,8%); sindicatos de trabalhadores urbanos e associações de moradores (2 ou 0,8%); associações de profissionais liberais e associações de funcionários (2 ou 0,8%); associações de prefeitos e de vereadores e associações de municípios (2 ou 0,8%); corporações de profissionais liberais e de funcionários públicos (2 ou 0,8%); associações assistenciais e de municípios (2 ou 0,8%); associações "culturais" (1 ou 0,4%); clubes de lazer e associações de empresários (1 ou 0,4%); associações pró-partidos políticos (1 ou 0,4%); organizações ecologistas (1 ou 0,4%); associações de moradores (1 ou 0,4%); e, por fim, associações de mulheres (1 ou 0,4%).

Como seria de esperar, esses tipo de atividades sindicais e associativas têm uma correlação muito alta com as classificações profissionais (na análise de correspondência, inércia de 0,704, com 0,10% da variância explicada na primeira e 0,659 e 0,09%, respectivamente, na segunda dimensão). O eixo da primeira dimensão opõe, em seu primeiro pólo, principalmente os sindicatos/associações de trabalhadores rurais, corporações de profissionais liberais, sindicatos de trabalhadores e funcionários urbanos e sindicatos de trabalhadores urbanos e associações de moradores e no pólo contrário: associações de profissionais liberais e associações de municípios, organizações parlamentares, associações "culturais", organizações ecologistas, associações de mulheres, associações de empresários e de municípios, clubes de lazer e desportivos, associações estudantis, sindicatos/associações de empresários rurais, associações de prefeitos, vereadores e municípios e associações assistenciais, dentre outras em menor grau. Ao primeiro pólo correspondem, principalmente, agricultores, comerciantes/representantes comerciais/vendedores, professores, pecuaristas/fazendeiros/produtores rurais, empregados da indústria e bancários, dentre outros em menor grau; e no pólo oposto: advogados, médicos, militares oficiais, altos funcionários públicos, radialistas/produtores de espetáculos, radialistas que são também empresários médicos que são diretores de hospitais, dentre outros em menor grau.

Por fim, esses tipos de atividades sindicais e/ou associativas têm também uma forte relação com as filiações partidárias. O eixo da primeira dimensão (inércia de 0,563, com 0,26% da variância explicada na primeira e 0,346 e 0,16%, respectivamente, para a segunda dimensão) opõe o PT, o PPS e, em menor grau, o PSB, a todos os demais partidos, mas especialmente ao PFL, PTB, PMN, PP, PSDB, PSD, PDT e PMDB. A essa oposição correspondem, no primeiro pólo, principalmente: assessoria a sindicatos de diferentes setores, os sindicatos de trabalhadores urbanos, sindicatos/associações de trabalhadores rurais, associações de moradores e associações de mulheres; no pólo oposto, todos os demais tipos, mas especialmente, associações assistenciais, organizações de parlamentares, organizações pró-partidos políticos, clubes de lazer e desportivos, sindicatos/associações de empresários rurais e corporações de profissionais liberais, dentre outros em menor grau.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se pode depreender da leitura dessas indicações, o eventual mérito desse tipo de trabalho consiste mais na possibilidade de estabelecer novos problemas e hipóteses de trabalho do que sua “solução”. Para perseguir essas hipóteses, no entanto, são necessários novos e maiores investimentos, seja nas possibilidades de comparação das semelhanças e/ou diferenças relativamente a outras unidades de análise (no tempo e no espaço), no maior enriquecimento e detalhamento das informações através do acréscimo de novas fontes, seja, enfim, através do refinamento do tratamento dado ao material já disponível. Isso, no entanto, como destacado na apresentação, pressupõe a superação de uma série de limites, tanto de ordem prática, na obtenção e sistematização de material empírico, como nos esforços em sua interpretação.

Uma segunda eventual contribuição que esse tipo de trabalho pode conter decorre do fato de que, na medida em que se consiga ampliar as bases de informações, através de sua sistematização, será possível estabelecer algumas indicações mais gerais para esses universos mais amplos. Por mais genéricas e superficiais que essas indicações possam ser, podem contribuir para melhor situar casos e situações específicas tomadas para análises mais aprofundadas.

Por fim, nesse mesmo sentido da integração de estudos mais específicos e aprofundados com essas indicações mais gerais, como também mencionado na apresentação, um dos objetivos básicos do trabalho para suas etapas posteriores, é a agregação de fontes de informações de origens diversas, abrangendo, assim, outras dimensões das atividades políticas e de seus agentes. Para tanto, além da agregação de novas informações e do aprofundamento dos esquemas de interpretação, parece necessária também a utilização de diferentes abordagens metodológicas, independentemente de suas origens e classificações formais ou disciplinares.

Porto Alegre, agosto de 1998

NOTAS

- ¹ Essas informações relativas aos candidatos quanto a esse ponto também poderiam ser confrontadas com o conjunto da população do estado, o que possibilitaria discernir se se trata de algo mais diretamente vinculado aos candidatos ou, então, ao conjunto da população.
- ² Há uma pequena superestimação de Porto Alegre, se se considerar que muitos candidatos que já eram deputados estaduais têm como local de residência Porto Alegre, que pode ser mais ou menos temporária, conforme o caso.
- ³ No Rio Grande do Sul não há nenhum município com população entre quinhentos mil e um milhão de habitantes.
- ⁴ É claro que um aprofundamento desse tipo de problema pressupõe que se estude o processo de categorização das profissões, bem como dos esquemas de coleta e usos desse tipo de informação. Para uma análise da construção estatística das categorias profissionais, ver Merllié (particularmente 1983 e 1996).
- ⁵ O KMO (medida de adequação da amostra de Kaiser-Meyer-Olkin) nesse caso é de 0,59. Trata-se de um dos índices para avaliar a adequação do teste aplicado. Por exemplo, conforme especialistas em estatística (Nurusis, 1994: 53-54), para o KMO, um índice na faixa dos 0,90 é tido como “maravilhoso”; na de 0,80 como “meritório”; de 0,70 como “médio”; de 0,60 como “mediocre”; de 0,50 como “miserável”; e abaixo de 0,50, como “inaceitável”. Desse modo, o objetivo dessa primeira aproximação, que se situa na faixa dos índices entre o “mediocre” e o “miserável”, tem a função de uma exploração geral. Evidentemente, os resultados de testes semelhantes, como análise de homogeneidade, não diferem disso.
- ⁶ Nesse caso, o teste de Kaiser-Meyer-Olkin chega a 0,679, ou seja, se aproxima do considerado como “médio”.
- ⁷ O teste de Kaiser-Meyer-Olkin fica em 0,61 e, portanto, pode ser considerado como “mediocre”, conforme a escala mencionada anteriormente.
- ⁸ Conforme um dos maiores especialistas nesse tipo de teste (Cibois, 1994: 121), os resultados com inércia acima de 0,20 de inércia na primeira dimensão ou componente indicam “uma boa ligação entre as questões”; entre 0,10 e 0,20, “existe uma ligação”; abaixo de 0,10, “a ligação é fraca”. Para obter um pouco mais de precisão, nesse texto foram mantidas três e não apenas duas casas após a vírgula. Esses parâmetros servem, inclusive, para se evitar aquilo que Doise, Clémence & Lorenzi-Cioli (1992: 79) chamam de um “perigo” desse tipo de teste, ou seja, o “efeito de homotetia”, que consiste em comentários eruditos sobre

gráficos que representam pequenas correlações ou peso dos componentes. Porém, a melhor maneira de contornar isso são as demonstrações numericamente mais detalhadas, como as tabelas de cruzamentos que, por outro lado, têm o efeito de tornar a leitura difícil e freqüentemente, demasiadamente detalhada.

Tendo em vista esse excesso de detalhamento para uma primeira aproximação, se evitou expor os respectivos pesos das categorias na formação da inércia, que para uma exposição mais detalhada seria importante.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- Câmara dos Deputados. 1995. *Deputados Brasileiros; 50ª Legislatura: 1995-1999*, Repertório Biográfico. Brasília.
- Charle, C. 1987. *Les Élités de la République (1880-1900)*. Paris, Fayard.
- Cibois, P. 1984. *L'Analyse des Données en Sociologie*. Paris, Presses Universitaires de France.
- Coradini, O.L. 1997. "Origens Sociais e Princípios de Hierarquização Escolar: a formação de 'intelectuais à brasileira'". In: *Cadernos de Ciência Política*, (6).
- Doise, W.; Clémence, A. & Lorenzi-Cioli, F. 1992. (Prefácio de P. Bourdieu). *Représentations Sociales et Analyses de Données*. Grenoble, Presses Universitaires de Grenoble.
- Grèzes-Rueff, F. 1994. *La Culture des Députés Français (1910-1958); Essai de typologie*. Toulouse, Presses Universitaires du Mirail.
- IBGE. *Sistema de Informações Estatísticas e Geográficas-SIEG*. (s.d.). (CD-ROM).
- Merllié, D. 1983. "Les catégories socio-professionnelles et les conditions de leur mise en oeuvre". In: *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, (50), nov.
- _____. 1996. "La construction statistique". In: Champagne, P. et al. *Iniciation à la Pratique Sociologique*. Paris, Dunod.
- Nurusis, M. 1994. *SPSS Professional Statistics 6.1*. Chicago, SPSS Inc.

Esta publicação foi composta em Futura para os títulos e Garamond para o texto pela Grypho Edições e Publicações Ltda e impressa na Gráfica Imprinta em DocuTech em maio de 1999